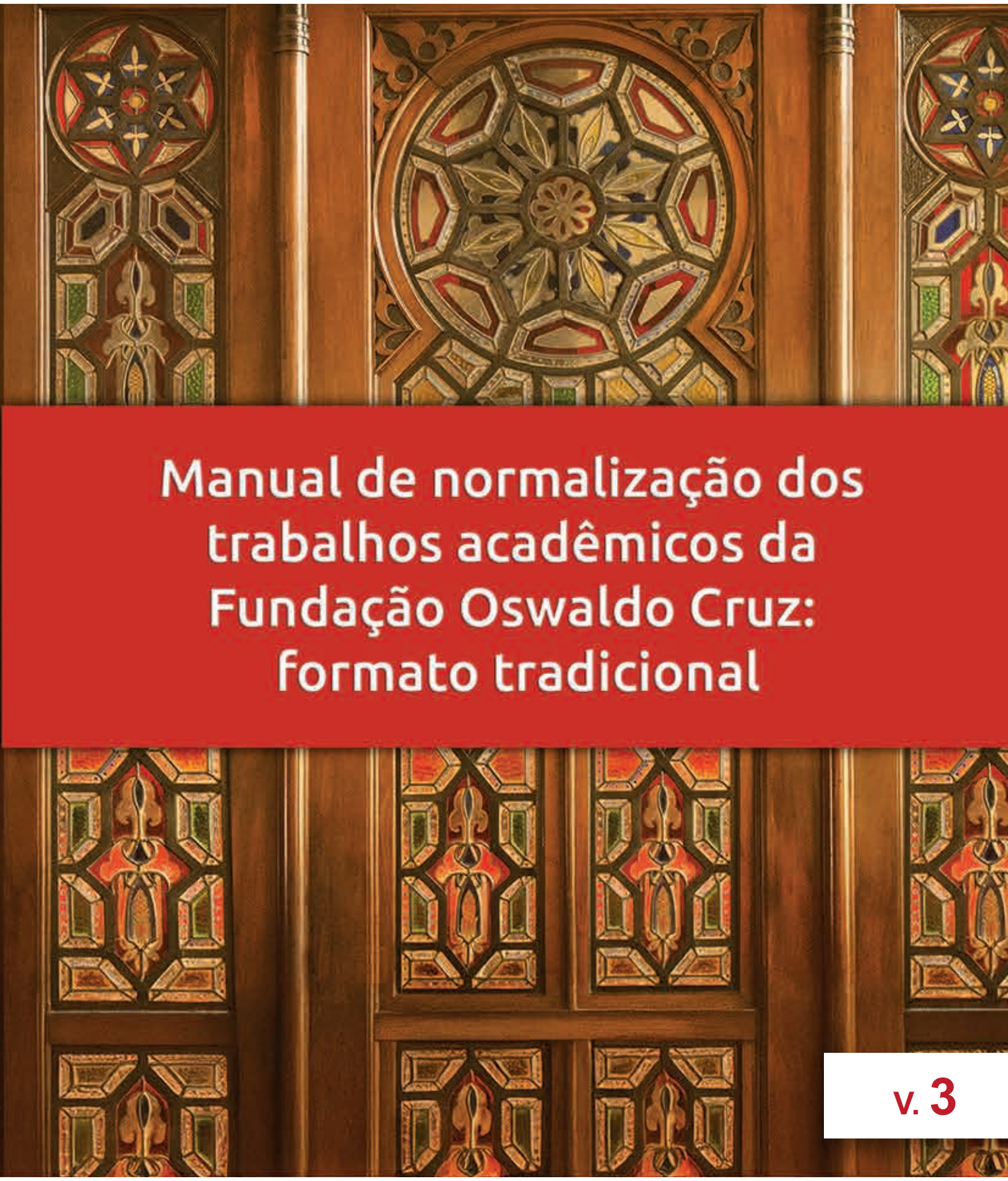
FIOCRUZ



Manual de normalização dos trabalhos acadêmicos da Fundação Oswaldo Cruz: formato tradicional

v. 3

2025

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Manual de normalização dos trabalhos acadêmicos da Fundação Oswaldo Cruz: formato tradicional

v. 3

Rio de Janeiro
Fiocruz
2025

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos.
Disponível também em formato digital: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/65205
DOI: https://doi.org/10.29397/8797520250100

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Presidente: Mario Santos Moreira

Vice-Presidência Educação, Informação e Comunicação (VPEIC): Cristiani Vieira Machado

Diretor do Instituto de Comunicação e Infomação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict):
Rodrigo Murtinho de Martinez Torres

Vice-Diretoria de Informação e Comunicação do Icict: Tania Cristina Pereira dos Santos

---

ELABORAÇÃO DESTE MANUAL:

Coordenação da Rede de Bibliotecas da Fiocruz: Viviane Santos de Oliveira Veiga

Grupo de Trabalho Normalização da Rede de Bibliotecas da Fiocruz – Coordenação: Simone Faury Dib (Coordenação Geral) – Icict, Eliane Monteiro de Santana Dias (Coordenação Executiva) – COC, Janaina Leal (Coordenação Executiva) – INCQS

Grupo de Trabalho Normalização da Rede de Bibliotecas da Fiocruz
Adriano da Silva (Ensp), Claudete Fernandes de Queiroz (Icict), Claudia Garcia Serpa Osório de Castro (Ensp), Éder de Almeida Freyre (Icict), Erick da Silva Penedo (Icict), Fabricia Pires Pimenta Ribeiro (Fiocruz Paraná – ICC), Fatima Cristina Lopes dos Santos (Ensp), Giovania Santos de Jesus (Icict), Gizele da Rocha Ribeiro (Icict), Manoel Silva Barata (Fiocruz Paraná – ICC), Marcio Sacramento de Oliveira (EPSJV), Maria Cristina Soares Guimarães (Icict), Marluce Maciel Gomes Antelo (EPSJV), Mayara das Dores Alves (Fiocruz Petrópolis), Mégine Carla Cabral da Silva (Fiocruz Pernambuco – IAM), Patrícia Carvalho Mendes (Icict), Rafael Arouca Höfke Costa (Ensp), Rejane Ramos Machado (Icict) – *In Memoriam,* Renata Pinto de Azeredo (EPSJV), Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza (Ensp), Tatiane Lira Freire Lopes (Icict), Ycaro Verçosa dos Santos (Fiocruz Amazonas – ILMD)

Apoio Técnico: Rosane Lopes | **Revisão gramatical:** Jacques Sochaczewski (Icict) | **Revisão técnica:** Maria Auxiliadora Nogueira | **Revisão final:** Adrianne Oliveira de Andrade da Silva (COC), Eliane Monteiro de Santana Dias (COC), Janaina Leal (INCQS), Simone Faury Dib (Icict) | **Capa:** fotografia: Rodrigo Mexas (Icict), arte: Luciana Rocha Mariz Clua (Icict) | **Diagramação:** Luciana Rocha Mariz Clua (Icict), Marcelo Rabello (Icict) | **Tratamento de Imagens:** Luciana Rocha Mariz Clua (Icict), Marcelo Cruz (Icict)

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981m Fundação Oswaldo Cruz.
Manual de normalização dos trabalhos acadêmicos da Fundação Oswaldo Cruz : formato tradicional / Fundação Oswaldo Cruz, Grupo de Trabalho Normalização da Rede de Bibliotecas Fiocruz. – Rio de Janeiro : ICICT/Fiocruz, 2025.
3 v. : il. color. ; 21 x 29,7 cm

Conteúdo: v. 1 : Prefácio, Apresentação, 1 Introdução, 2 Redação e estilo, 3 Regras gerais para apresentação dos trabalhos acadêmicos no formato tradicional, 4 Estrutura dos trabalhos acadêmicos, 5 Elementos textuais – v. 2 : 6 Elementos pós-textuais, 7 Citação, 8 Notas – v. 3 : Apêndices e Anexo.
ISBN: 978-65-87975-10-8 (Físico).
ISBN: 978-65-87975-09-2 (Digital).

1. Biblioteconomia. 2. Programas de Pós-Graduação em Saúde. 3. Manual de Referência. 4. Normalização. 5. Trabalho Acadêmico – normas. I. Rede de Bibliotecas Fiocruz. Grupo de Trabalho Normalização. II. Título.
CDD 025.56

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca de Manguinhos / ICICT / FIOCRUZ – RJ, sob a responsabilidade de Regina Maria de Souza – CRB-7: RJ-007438/O.

Editora: Instituto de Comunicação e Infomação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict)
Av. Brasil, 4365 - Manguinhos, Rio de Janeiro - CEP: 21040-900
www.icict.fiocruz.br

AGRADECIMENTOS

Aos bibliotecários, pesquisadores e professores que contribuíram com suas expertises e tempo dedicados ao Grupo de Trabalho Normalização da Rede de Bibliotecas da Fiocruz.

À Viviane Veiga, coordenadora da Rede de Bibliotecas da Fiocruz, pela incansável labuta para garantir todos os recursos necessários para a execução dos objetivos do GT.

À Rosane Machado, que com tamanha generosidade dividiu com os componentes do GT seu conhecimento na área, tempo e dedicação na elaboração desse instrumento de normalização tão aguardado pela Comunidade Fiocruz.

À Adrianne Oliveira, pelo empenho e dedicação durante a revisão deste Manual.

Aos autores dos apêndices, Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, Fabrícia Pires Pimenta Ribeiro, Marcio Sacramento de Oliveira, Maria Cristina Soares Guimarães, Viviane Santos de Oliveira Veiga, Claudete Fernandes de Queiroz e Éder de Almeida Freyre, pelos textos complementares que vão ajudar os alunos durante suas pesquisas.

Às Unidades da Fiocruz que colaboraram com a participação de seus trabalhadores durante todo o processo de pesquisa e elaboração do Manual de Normalização dos trabalhos Acadêmicos da Fundação Oswaldo Cruz: formato tradicional.

À Comunidade Fiocruz que contribuiu durante a Consulta Pública.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Citação da fonte com base na ABNT, conforme sistema de chamada .. 38
Quadro 2 – Indicação de ilustração apresentada em várias folhas do trabalho acadêmico 39
Quadro 3 – Citação de ilustrações no corpo do texto 39
Quadro 4 – Estrutura dos trabalhos acadêmicos 47
Quadro 5 – Exemplos de natureza de trabalho..... 60
Quadro 6 – Exemplo de área de concentração..... 60
Quadro 7 – Exemplos de nota de convênio 61
Quadro 8 – Modelos de identificação de responsabilidade 62
Quadro 9 – Abreviaturas para títulos acadêmicos 62
Quadro 10 – Exemplos de indicação do responsável pela orientação 63
Quadro 11 – Modelo de indicação de apoio financeiro 70
Quadro 12 – Modelo de afiliação 71
Quadro 13 – Modelos de versão do título em outro idioma 71
Quadro 14 – Modelo de informações indicadas acima da ficha catalográfica 72
Quadro 15 – Modelo de informações indicadas abaixo da ficha catalográfica 73
Quadro 16 – Modelo de cessão de direitos autorais..... 73
Quadro 17 – Regras para pessoa física (autor pessoal): entrada de autoria 157
Quadro 18 – Regras para pessoa física (autor pessoal): quantidade de autoria .. 158
Quadro 19 – Regras para pessoa física (autor pessoal): especificidade da autoria 159
Quadro 20 – Regras para pessoa jurídica (instituições etc.): entrada e quantidade de autoria 163
Quadro 21 – Regras para pessoa jurídica (instituições etc.): especificidade da autoria 164
Quadro 22 – Entradas padronizadas das Unidades técnico-científicas da Fiocruz ... 165
Quadro 23 – Regras para pessoa jurídica (eventos etc.): entrada e quantidade de autoria 166
Quadro 24 – Regras para referenciar documentos de autoria desconhecida 167
Quadro 25 – Título e seus diferentes tipos: regras de apresentação 168
Quadro 26 – Título de periódicos: regras de apresentação..... 169

Quadro 27 – Regras para o elemento edição 170
Quadro 28 – Regras para o elemento local..... 170
Quadro 29 – Regras para o elemento local: especificidades..... 171
Quadro 30 – Regras para o elemento editora: indicação e quantidade..... 172
Quadro 31 – Regras para o elemento editora: especificidades 173
Quadro 32 – Regras para o elemento data 174
Quadro 33 – Regras para o elemento data: especificidades 176
Quadro 34 – Regras para o elemento unidades físicas 177
Quadro 35 – Regras para o elemento meio eletrônico 179
Quadro 36 – Regras para o elemento ilustrações..... 179
Quadro 37 – Regras para o elemento dimensões 180
Quadro 38 – Regras para o elemento séries e coleções 180
Quadro 39 – Regras para o elemento notas 181
Quadro 40 – Modelo de referência de livros no todo 184
Quadro 41 – Modelo de referência de parte de livros 185
Quadro 42 – Modelo de referência de catálogos no todo 187
Quadro 43 – Modelo de referência de guias no todo 188
Quadro 44 – Modelo de referência de parte de guias..... 189
Quadro 45 – Modelo de referência de dicionários no todo 191
Quadro 46 – Modelo de referência de parte de dicionários 192
Quadro 47 – Modelo de referência de enciclopédias no todo..... 194
Quadro 48 – Modelo de referência de parte de enciclopédias..... 195
Quadro 49 – Modelo de referência de manuais no todo 196
Quadro 50 – Modelo de referência de parte de manuais..... 197
Quadro 51 – Modelo de referência de relatórios de pesquisa no todo 198
Quadro 52 – Modelo de referência de relatórios institucionais no todo 200
Quadro 53 – Modelo de referência de parte de relatórios técnicos no todo 201
Quadro 54 – Modelo de referência de trabalhos acadêmicos no todo..... 202
Quadro 55 – Modelo de referência de dissertações no todo 204
Quadro 56 – Modelo de referência de parte de dissertações 206
Quadro 57 – Modelo de referência de teses no todo 208
Quadro 58 – Modelo de referência de parte de teses..... 209
Quadro 59 – Modelo de referência de trabalhos de conclusão de curso no todo... 211

Quadro 60 – Modelo de referência de parte de trabalhos de conclusão de curso 213
Quadro 61 – Modelo de referência de trabalhos acadêmicos em parceria (convênios, acordos de cooperação, regime de associação etc.) entre instituições 215
Quadro 62 – Modelo de referência de trabalhos acadêmicos em parceria (cotutela, convênios etc.) entre instituições localizadas em países diferentes e dupla titulação..... 216
Quadro 63 – Modelo de referência de trabalhos acadêmicos em parceria (convênios, acordos etc.) entre Unidades, Faculdades etc. de uma mesma Instituição..... 218
Quadro 64 – Modelo de referência de correspondências no todo 219
Quadro 65 – Modelo de referência de coleções de publicações periódicas no todo ...221
Quadro 66 – Modelo de referência de parte de coleções de publicações periódicas... 222
Quadro 67 – Modelo de referência de fascículos..... 223
Quadro 68 – Modelo de referência de artigo, seção e/ou matéria de publicações periódicas..... 225
Quadro 69 – Modelo de referência de jornais no todo 226
Quadro 70 – Modelo de referência de artigos, seções e/ou matérias de jornais 227
Quadro 71 – Modelo de referência de eventos no todo publicados em monografias... 228
Quadro 72 – Modelo de referência de trabalhos publicados em documentos de eventos – monografias..... 232
Quadro 73 – Modelos de referência de eventos no todo, editados em publicações periódicas..... 235
Quadro 74 – Modelos de referência de trabalhos publicados em documentos de eventos – publicações periódicas..... 237
Quadro 75 – Modelos de referência de eventos no todo realizados em ambiente virtual 239
Quadro 76 – Modelos de referência de trabalhos apresentados em ambiente virtual 240
Quadro 77 – Modelos de referência de patentes..... 241
Quadro 78 – Modelos de referência de legislações em monografias e publicações periódicas em meio impresso 243
Quadro 79 – Modelos de referência de legislações em monografias e publicações periódicas, em meio eletrônico 245

Quadro 80 – Modelos de referência de parte de legislações em monografias e publicações periódicas, em meios impresso e eletrônico 248
Quadro 81 – Modelos de referência de jurisprudências em monografias e publicações periódicas, em meio impresso 250
Quadro 82 – Modelos de referência de jurisprudências em monografias e publicações periódicas, em meio eletrônico 252
Quadro 83 – Modelos de referência de atos administrativos normativos em monografias e publicações periódicas, em meio impresso 254
Quadro 84 – Modelos de referência de atos administrativos normativos em monografias e publicações periódicas, em meio eletrônico 257
Quadro 85 – Modelos de referência de documentos civis e cartoriais..... 261
Quadro 86 – Modelos de referência de imagem em movimento: mídias em meio físico (ótico ou magnético)..... 262
Quadro 87 – Modelos de referência de imagem em movimento – mídia digital ... 263
Quadro 88 – Modelos de referência de registros sonoros – mídias em meio físico (ótico ou magnético) 265
Quadro 89 – Modelos de referência de parte de registros sonoros – mídias em meio físico (ótico ou magnético) 266
Quadro 90 – Modelos de referência de registros sonoros – mídia digital 267
Quadro 91 – Modelos de referência de audiolivros no todo..... 268
Quadro 92 – Modelos de referência de parte de audiolivros 269
Quadro 93 – Modelos de referência de documentos iconográficos 270
Quadro 94 – Modelos de referência de documentos cartográficos..... 276
Quadro 95 – Modelos de referência de documentos tridimensionais 280
Quadro 96 – Modelos de referência de documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico 282
Quadro 97 – Modelos de referência de mensagens eletrônicas..... 287
Quadro 98 – Modelos de referência de bulas de remédio 288
Quadro 99 – Modelos de referência de dados de pesquisa..... 289
Quadro 100 – Modelos de referência de entrevistas publicadas em monografia ... 291
Quadro 101 – Modelos de referência de entrevistas publicadas em publicações periódicas..... 292
Quadro 102 – Modelos de referência de entrevistas publicadas em documentos audiovisuais..... 293

Quadro 103 – Modelos de referência de farmacopeias 294
Quadro 104 – Modelos de referência de normas técnicas..... 295
Quadro 105 – Modelos de referência de *preprints*..... 296
Quadro 106 – Modelos de referência de procedimentos operacionais padrão..... 297
Quadro 107 – Modelos de referência de termos de referência..... 298
Quadro 108 – Sistema alfabético – regras de ordenação..... 301
Quadro 109 – Principais regras de entrada para indicação de responsabilidade 328
Quadro 110 – Emprego das expressões latinas 341

LISTA DE ABREVIATURAS E DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BN	Biblioteca Nacional
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
cm	centímetro
color.	colorido
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
etc.	etcetera
f.	folha
gráf.	gráfico
GT- Normalização	Grupo de Trabalho Normalização
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
il.	ilustrado
Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MeSH	Medical Subject Headings
n.	número
NBR	Norma Brasileira
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
ORCID	Open Researcher and Contributor ID
p.	página
p&b	preto e branco
pol.	polegada
POP	Procedimento Operacional Padrão
PPG	Programa de Pós-Graduação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UF	Unidade da Federação
v.	volume

LISTA DE EXEMPLOS

Exemplo 1 – Modelo de apresentação gráfica no texto 33
Exemplo 2 – Uso de siglas 34
Exemplo 3 – Uso de equações e fórmulas 35
Exemplo 4 – Diagrama 40
Exemplo 5 – Esquema 40
Exemplo 6 – Figura 41
Exemplo 7 – Figura com legenda 41
Exemplo 8 – Fotografia 42
Exemplo 9 – Mapa 42
Exemplo 10 – Gráfico 43
Exemplo 11 – Quadro 44
Exemplo 12 – Tabelas 45
Exemplo 13 – Capas de trabalho acadêmico 51
Exemplo 14 – Capa de trabalho acadêmico – convênios 53
Exemplo 15 – Capa e lombada de trabalho acadêmico 56
Exemplo 16 – Anverso de folha de rosto de TCC – residência multiprofissional 64
Exemplo 17 – Anverso de folha de rosto de dissertação – mestrado acadêmico 65
Exemplo 18 – Anverso de folha de rosto de dissertação – mestrado profissional 66
Exemplo 19 – Anverso de folha de rosto de tese – doutorado acadêmico 67
Exemplo 20 – Anverso de folha de rosto de tese – doutorado acadêmico – convênios 68
Exemplo 21 – Verso de folha de rosto 74
Exemplo 22 – Verso de folha de rosto – apoio financeiro 75
Exemplo 23 – Errata 78
Exemplo 24 – Folha de aprovação – mestrado profissional 82
Exemplo 25 – Folha de aprovação – mestrado acadêmico 83
Exemplo 26 – Folha de aprovação – mestrado profissional 84
Exemplo 27 – Folha de aprovação – doutorado acadêmico 85
Exemplo 28 – Dedicatória 87
Exemplo 29 – Agradecimentos 89
Exemplo 30 – Epígrafe 91

Exemplo 31 – Resumo em língua portuguesa 95
Exemplo 32 – Resumo em língua estrangeira 97
Exemplo 33 – Lista de figuras 102
Exemplo 34 – Lista de quadros 103
Exemplo 35 – Lista de ilustrações 104
Exemplo 36 – Lista de tabelas 106
Exemplo 37 – Lista de siglas 109
Exemplo 38 – Lista de abreviaturas 110
Exemplo 39 – Lista de símbolos 112
Exemplo 40 – Estrutura do Sumário 116
Exemplo 41 – Sumário 117
Exemplo 42 – Apresentação das seções no texto 130
Exemplo 43 – Apresentação de alíneas e subalíneas 132
Exemplo 44 – Alíneas e subalíneas no texto 133

SUMÁRIO

PREFÁCIO 17

APRESENTAÇÃO 18

1 **INTRODUÇÃO** 19

2 **REDAÇÃO E ESTILO** 23

3 **REGRAS GERAIS P ARA APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS ACADÊMICOS NO FORMATO TRADICIONAL** 29

3.1 APRESENTAÇÃO GRÁFICA 29

3.2 ABREVIATURAS E SIGLAS 33

3.3 EQUAÇÕES E FÓRMULAS 34

3.4 ILUSTRAÇÕES 35

3.5 TABELAS 45

4 **ESTRUTURA DOS TRABALHOS ACADÊMICOS** 47

4.1 PARTE EXTERNA 48

4.1.1 **Capa** 48

4.1.2 **Lombada** 54

4.2 PARTE INTERNA 57

4.2.1 **Elementos pré-textuais** 57

4.2.1.1 Folha de rosto 58

4.2.1.1.1 *Folha de rosto – anverso* 58

4.2.1.1.2 *Folha de rosto – verso* 69

4.2.1.2 Errata 76

4.2.1.3 Folha de aprovação 79

4.2.1.4 Dedicatória 86

4.2.1.5 Agradecimentos 88

4.2.1.6 Epígrafe 90

4.2.1.7 Resumos 92

4.2.1.7.1 *Trabalhos acadêmicos elaborados em língua portuguesa* 92

4.2.1.7.2 *Trabalhos acadêmicos elaborados em língua estrangeira* 98

4.2.1.8 Listas 99

4.2.1.8.1 *Lista de ilustrações* 99
4.2.1.8.2 *Lista de tabelas* 105
4.2.1.8.3 *Lista de abreviaturas e de siglas* 107
4.2.1.8.4 *Lista de símbolos* 111
4.2.1.9 Sumário 113
5 **ELEMENTOS TEXTUAIS** 119
5.1 ESTRUTURA DO TEXTO 119
5.2 APRESENTAÇÃO GRÁFICA 126
5.3 SISTEMA DE NUMERAÇÃO PROGRESSIVA 126
5.3.1 **Organização das seções no texto** 126
5.3.2 **Uso de alíneas e subalíneas no texto** 131
5.3.3 **Indicativo de seções, alíneas e subalíneas no texto** 134
6 **ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS** 151
6.1 REFERÊNCIAS 151
6.1.1 **Elaboração das referências dos documentos citados no corpo do trabalho acadêmico** 155
6.1.2 **Transcrição dos elementos que compõem a referência** 156
6.1.2.1 Indicação de responsabilidade 157
6.1.2.1.1 *Pessoa física (autor pessoal)* 157
6.1.2.1.2 *Pessoa jurídica (autor entidade, instituição, comissão etc.)* 162
6.1.2.1.3 *Eventos (seminários, congressos, simpósios, encontros, reuniões etc.)* 165
6.1.2.1.4 *Autoria desconhecida* 166
6.1.2.2 Título e subtítulo 167
6.1.2.3 Edição 169
6.1.2.4 Local 170
6.1.2.5 Editora 171
6.1.2.6 Data 173
6.1.2.7 Descrição física 176
6.1.2.7.1 *Unidades físicas* 176
6.1.2.7.2 *Ilustrações* 179
6.1.2.7.3 *Dimensões* 179

6.1.2.8 Séries e coleções 180
6.1.2.9 Notas 180
6.1.2.10 Trabalhos acadêmicos 182
6.1.2.11 Disponibilidade e data de acesso 182
6.1.3 **Modelos de referências** 182
6.1.3.1 Monografia 183
6.1.3.2 Correspondência 218
6.1.3.3 Publicação periódica 220
6.1.3.4 Evento 228
6.1.3.5 Patente 240
6.1.3.6 Documentos jurídicos 242
6.1.3.7 Documentos civis e cartoriais 260
6.1.3.8 Documentos audiovisuais 261
6.1.3.9 Documentos iconográficos 270
6.1.3.10 Documentos cartográficos 275
6.1.3.11 Documentos tridimensionais 279
6.1.3.12 Documentos de acesso exclusivo em meio eletrônico 281
6.1.3.13 Outras tipologias 288
6.1.4 **Ordenação das referências no trabalho acadêmico** 299
6.1.4.1 Sistemas de ordenação 299
6.1.4.1.1 *Sistema alfabético* 299
6.1.4.1.2 *Sistema numérico* 303
6.1.5 **Fontes históricas** 306
6.2 GLOSSÁRIO 306
6.3 APÊNDICE 310
6.4 ANEXO 314
6.5 ÍNDICE 316
7 **CITAÇÃO** 319
7.1 TIPOS DE CITAÇÃO 319
7.1.1 **Citação direta** 319
7.1.2 **Citação indireta** 321

7.1.3 **Citação de citação** 321
7.2 REGRAS GERAIS DE APRESENTAÇÃO 322
7.3 SISTEMAS DE CHAMADAS 325
7.3.1 **Sistema numérico** 325
7.3.2 **Sistema autor-data** 326
7.3.2.1 Outras características do sistema autor-data 333
7.3.2.1.1 *Coincidência de sobrenomes* 333
7.3.2.1.2 *Diversas obras de um mesmo(a) autor(a), publicadas em um mesmo ano* 333
7.3.2.1.3 *Diversas obras do mesmo(a) autor(a), publicadas em anos diferentes e mencionadas concomitantemente em citações indiretas* 334
7.3.2.1.4 *Diversas obras de diferentes autores(as), publicadas em anos diferentes e mencionadas concomitantemente em citações indiretas* 334
8 **NOTAS** 335
8.1 NOTAS EXPLICATIVAS 336
8.2 NOTAS DE REFERÊNCIA 339
8.2.1 **Indicação da referência anterior** 340
8.2.2 **Expressões latinas** 340
REFERÊNCIAS 345
APÊNDICE A – INTEGRIDADE EM PESQUISA 367
APÊNDICE B – DIREITO AUTORAL E PLÁGIO 374
APÊNDICE C – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA 381
APÊNDICE D – DADOS DE PESQUISA (INFORMAÇÕES GERAIS) 395
APÊNDICE E – ARCA DADOS – REPOSITÓRIO DE DADOS DA FIOCRUZ 402
APÊNDICE F – ARCA – REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (RI) DA FIOCRUZ 409
APÊNDICE G – PROJETO DE PESQUISA PARA QUALIFICAÇÃO 418

ANEXO A – ABREVIATURA DOS MESES DO ANO DE ACORDO COM O IDIOMA DO DOCUMENTO..... 425

APÊNDICE A – INTEGRIDADE EM PESQUISA

INTEGRIDADE EM PESQUISA

Prof.ª. Dra. Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza[1]

Integridade em pesquisa é definida como

> [...] o campo da ética de um cientista e de como a ciência é realizada e expressa para a sociedade. É um campo de reflexão sobre as normas, princípios e diretrizes éticas que devem regular o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas e científicas, o que inclui todo o processo, desde a concepção até a publicação (Fundação Oswaldo Cruz, 2019, p. 5).

Na Fiocruz, a integridade em pesquisa se insere no campo da integridade pública que é entendida como o alinhamento aos valores, princípios e normas éticas comuns para defesa e priorização do interesse público, e cumprimento da missão da Fiocruz.

Realizar esta missão exige um padrão ético de contínuo aprimoramento da pesquisa, de transparência, de abertura à participação popular e de prestação de contas à sociedade. Nesta perspectiva, ações voltadas para o aprimoramento dos mecanismos de integridade são essenciais para o fortalecimento da pesquisa, assim como da governança e do desenvolvimento institucional. Desta forma contribuem para uma cultura institucional de integridade. Em 2019, um guia de integridade em pesquisa foi proposto por uma comissão interna da Fiocruz coordenada pelo Dr. Sergio Rego (Portaria nº 891/2018 da Presidência da Fiocruz) e aprovado após consulta pública para ser utilizado por nossa comunidade de pesquisa, docentes e discentes (Fundação Oswaldo Cruz, 2018).

O Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz[2], a ser conhecido e adotado pelos nossos discentes, deve ser compreendido como um balizador da política institucional de Integridade em Pesquisa, produzido para orientar a atuação profissional em nossa comunidade de pesquisa. Foi elaborado com a finalidade de orientar sobre as complexas questões relacionadas à pesquisa científica e à divulgação de seus resultados.

---

[1] Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

[2] O documento encontra-se disponível no Repositório Institucional ARCA pelo link https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41188.

1 **PRINCÍPIOS DA INTEGRIDADE EM PESQUISA**

São princípios da integridade em pesquisa, segundo o Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz: honestidade intelectual, responsabilidade, respeito, imparcialidade e transparência. Suas definições seguem abaixo:

> **Honestidade Intelectual** – ser íntegro na apresentação das evidências científicas, na execução, descrição de métodos e procedimentos da pesquisa, citações, interpretação dos resultados, atribuição e julgamento de créditos ao trabalho dos outros e próprios, na revisão, elaboração de documentos e na comunicação destes resultados.
>
> **Responsabilidade** – ser responsável na realização das etapas da pesquisa, considerando os impactos, benefícios e riscos das atividades científicas para com os participantes da pesquisa e/ou animais de experimentação na formação de recursos humanos e na construção da ciência como um patrimônio coletivo.
>
> **Respeito** – Ter deferência por todos os envolvidos na pesquisa respeitando seus valores e culturas, tratando a todos com zelo, cortesia, justiça. O respeito é também devido aos materiais genéticos, animais, meio ambiente ou artefatos culturais que são utilizados na pesquisa científica.
>
> **Imparcialidade** – Realizar avaliações com respeito, neutralidade e justiça, sem privilégios em relação a pesquisadores, alunos e na comunicação com a sociedade.
>
> **Transparência** – ser aberto e franco na apresentação de objetivos, na divulgação de métodos, nos conflitos de interesse, na transmissão de interpretações das evidências científicas e nos resultados, comunicando-se de forma completa e clara, incluindo financiadores e patrocinadores (Fundação Oswaldo Cruz, 2019, p. 6).

1.1 DIRETRIZES PARA PESQUISAR COM INTEGRIDADE

Como exposto no Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz, devemos observar uma série de diretrizes a serem incorporadas em nosso dia a dia acadêmico. Ao introduzir este assunto chamamos atenção para que a conduta dos discentes, assim como a dos demais membros de uma equipe, assegure uma pesquisa dentro de parâmetros adequados de integridade.

Algumas diretrizes são destacadas aqui, ou em seções especiais deste Manual. No entanto, a leitura do Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz é imprescindível para que se tenha visão completa desta questão, e consequente adoção das

condutas desejáveis para um trabalho de pesquisa cada vez mais alinhado aos melhores preceitos institucionais.

Apresentam-se algumas diretrizes importantes que devem ser seguidas para assegurar a integridade em pesquisa:

a) Observar os melhores métodos de pesquisa de seu campo de investigação para atingir os objetivos pretendidos, atender aos pressupostos científicos de seu campo de pesquisa, expor em detalhes nos foros pertinentes todas as etapas e/ou fases do projeto a ser desenvolvido, e fundamentar/justificar seu método de pesquisa quando este não estiver em conformidade com as práticas correntes de seu campo de pesquisa são diretrizes muito importantes;

b) Observar com cuidado a titularidade das bases de dados geradas por pesquisas realizadas na Fiocruz, seja por discentes ou por outros membros das equipes, definindo-a formalmente antes do início das atividades de pesquisa, e, de acordo com a Política de Acesso Aberto da Fiocruz, seguir as regras para acesso a dados e informações relativos a material biológico, conteúdos de Biobancos da Fiocruz, seguindo as regras de acessibilidade definidas pelo Comitê Gestor da Rede Fiocruz de Biobancos;

c) Tornar público o material científico, didático ou tecnológico produzido por profissionais e discentes vinculados à Fiocruz, preferencialmente em publicações de acesso aberto;

d) Respeitar os critérios de autoria de um artigo/comunicação científica, que deve ser sempre relacionada com a contribuição intelectual efetiva de cada membro da equipe, tanto na elaboração do projeto quanto da comunicação e aprovação da sua versão final. A chamada autoria “de presente” não é um comportamento aceitável. Lembrando que os orientadores serão considerados como coautores de uma comunicação científica, na condição de ter havido contribuição efetiva e relevante nas diversas fases da pesquisa sob a forma de orientação/supervisão, e desde que haja sua aprovação formal da versão final da comunicação.

Finalmente é importante reafirmar que não há impedimento para que um estudante figure como primeiro(a) autor(a) de uma comunicação científica quando é o trabalho relacionado ao resultado de pesquisa realizada por ele para obtenção de seu grau acadêmico.

1.2 REPUDIANDO AS MÁS CONDUTAS CIENTÍFICAS

Infelizmente, más condutas científicas continuam sendo reportadas em processos acadêmicos, administrativos, pelas instituições de pesquisa e ensino e pelas empresas e instituições que realizam publicações científicas ou registro de inovações, depósito de patentes ou qualquer produto científico ou tecnológico.

Algumas das principais condutas que devem ser definidas, reconhecidas e banidas das práticas da comunidade científica estão aqui listadas:

a) Fabricação ou invenção de dados: apresentação de dados ou resultados inverídicos;

b) Falsificação: manipulação fraudulenta de resultados obtidos, de forma a alterar o seu conteúdo, o seu significado, a sua interpretação ou mesmo a sua confiabilidade, assim como a apresentação de resultados reais como se tivessem sido obtidos em condições diversas daquelas efetivamente utilizadas;

c) Plágio: apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidos por outro(a) autor(a). Também é plágio a apresentação de textos integrais, ou parte substancial de textos alheios, sem os cuidados detalhados nas diretrizes do Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz, ou nas orientações convencionais para citação e reprodução de materiais. Quem se utiliza de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados, aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor ou assemelhado, também está cometendo plágio.

É importante lembrar ainda que

> [...] quando for descoberto qualquer tipo de erro em uma publicação ou relatório, ou qualquer outro meio de comunicação científica, é da responsabilidade do pesquisador comunicar o erro a quem de direito e demandar o procedimento cabível, seja a publicação de uma errata, seja a retratação (ou seja, solicitar a retirada) do material no meio de comunicação onde ela estiver disponível (Fundação Oswaldo Cruz, 2019, p. 18).

1.3 PROTEÇÃO DE DADOS, DESCOBERTAS E CRIAÇÃO

A necessidade de publicar deve estar coadunada com a necessidade de depositar patentes. A proteção por patente é desejável quando os resultados da pesquisa alcançam os critérios legais de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, suficientes para um novo produto ou processo. Divulgar por qualquer meio, mesmo numa apresentação em evento científico, prejudicará a proteção por patente. Com a finalidade de proteger os dados de uma pesquisa, recomendamos ao pesquisador e ao discente submeter a proposta de comunicação (resumo, artigos, prêmios ou outros) ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da sua Unidade, onde serão orientados adequadamente. Ali também poderá obter orientações sobre: propriedade intelectual (patente, direito autoral, registro de programa de computador, marcas etc.), parcerias com instituições públicas ou empresas, acesso a informação tecnológica, acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, gestão da inovação, Portfólio de Inovação da Fiocruz, dentre outros assuntos relacionados à atividade de pesquisa.

É fortemente recomendado como boa prática, na interação com parceiros que não pertencem aos quadros da Fiocruz:

a) Formalizar a parceria desde o início da interação, para resguardar questões relacionadas a direitos e deveres das partes, sigilo e partilhas sobre uma possível invenção. A formalização prévia de parcerias externas evita que ocorram entraves no processo de proteção, licenciamento ou utilização de uma invenção que venha a ser desenvolvida conjuntamente;

b) Assinar um acordo de confidencialidade com o parceiro, mesmo nos mais preliminares contatos, como a participação em uma reunião, envio de trabalhos por *e-mail* e qualquer outra conversa mais aprofundada que possa revelar dados sobre a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Aspectos mais detalhados que dizem respeito a Ética, Direitos Autorais, Plágio, Funcionamento do Comitê de Ética são abordados em outras seções deste Manual.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Guia de integridade em pesquisa da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/guia_de_integridade_em_pesquisa_da_fiocruz_-_final.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. **Portaria 891, de 17 de julho de 2018**. Criar o Grupo de Trabalho sobre Integridade em Pesquisas da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, Presidência, 2018. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-891/2018-gt-de-integridade-em-pesquisa. Acesso em: 28 jun. 2022.

APÊNDICE B – DIREITO AUTORAL E PLÁGIO

DIREITO AUTORAL E PLÁGIO

Prof.ª Dra. Fabrícia Pires Pimenta Ribeiro[1]

A internet tem permitido que os dados e informações sejam distribuídos de forma instantânea. Contudo, mesmo com a velocidade da comunicação digital, os leitores não podem desconsiderar os impactos dos direitos autorais.

Esses direitos sempre existem em qualquer tipo de produção intelectual, não importando se virtual ou em papel. Desse modo, negligenciar sua existência é estar alheio às leis que regem a divulgação ou comunicação do conhecimento científico.

É importante atentar para o que se pode proteger pelos direitos autorais. A Lei de Direitos Autorais ensina que “são obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...]” (Brasil, 1998b, p. 3, art. 7º).

Assim, tudo o que o ser humano produzir, a partir do trabalho do seu esforço intelectual, pode ser passível de proteção pelos direitos autorais. A condição mínima prevista na lei é de que a obra esteja expressa, ou seja, que já tenha sido fixada de alguma forma, e não meramente esteja no ideário do criador. De tal modo que, independentemente, se publicada em livros ou artigos, se em um repositório virtual ou em um *website*, se apresentada em uma defesa de tese ou encenada, o(a) autor(a) merece proteção sobre sua obra criada.

A lei (Brasil, 1998b, p. 3, art. 7º) dá exemplos de obras que podem ser protegidas tais como: os textos de obras literárias, artísticas ou científicas; conferências, obras audiovisuais, fotográficas, de desenho, ilustrações, adaptações e traduções de obras originais, coletâneas e bases de dados, inclusive projetos de ciência. E, para os *softwares*, em face das suas características e importância no atual contexto da sociedade informacional, há uma lei específica, a Lei do Software (Brasil, 1998a).

A Lei de Direitos Autorais (Brasil, 1998b, p. 3) ainda esclarece que para uma mesma obra criada, pode haver concomitantemente, diferentes proteções para o

---

[1] Pesquisadora do Instituto Carlos Chagas (ICC) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

mesmo conteúdo. O que pode ocorrer frequentemente em teses, dissertações, artigos científicos ou quaisquer outras obras de caráter científico.

O que significa dizer que, por exemplo, ao escrever um artigo científico, um pesquisador ou discente poderá ter proteção:

a) para os dados, informações ou materiais contidos por meio de patentes de invenção;

b) para a forma como descreve e organiza os dados, informações e materiais em um texto por meio de seus direitos autorais;

c) e, se for o caso, proteção concomitante para um *software*, uma marca, um cultivar, um desenho industrial.

Contudo, a lei também informa que os direitos autorais têm limitações para seu exercício, não havendo caráter absoluto nesses direitos. Isto se dá porque o(a) autor(a) está em sociedade e suas criações não são unicamente a manifestação do seu intelecto, mas sim de todo um contexto que o circunda. Desse modo, o artigo 46 da lei 9.610/98 elenca casos em que os direitos autorais são mitigados (exceções legais) em prol da sociedade, tais como a reprodução na imprensa diária ou periódica de notícia ou de artigo informativo publicado em tais meios, com a menção do(a) autor(a) e da publicação de onde foram transcritos, e, a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos para uso privado de quem copia, desde que feita por ele e sem intuito de lucro, ou mesmo, a citação em artigos científicos, livros, teses ou monografias, de passagens de obra para fins de estudo, indicando o(a) autor(a) e a origem da obra (Brasil, 1998b, p. 6).

A proteção por direito autoral já começa a existir no momento em que o(a) autor(a) “fixa” sua produção intelectual, em qualquer meio, seja quando escreve no papel, apresenta oralmente seus resultados, ou publica seu artigo científico. E, por isso, independe de registro formal para alcançar sua proteção. Assim, não é necessário que o(a) autor(a) faça o registro em bancos específicos para esse fim para obter a proteção, mas em o fazendo, consegue meio de prova para defender sua titularidade.

Os direitos autorais podem ser desmembrados em duas perspectivas: os direitos morais e os direitos patrimoniais dos autores sobre sua obra.

Os direitos morais do(a) autor(a) permitem que o elo entre o(a) autor(a) e sua obra seja perpétuo, inalienável e irrenunciável, é um direito inerente à personalidade do(a) autor(a). Esse elo propicia que o(a) autor(a) tenha o direito de ser reconhecido

como o(a) autor(a) (ou ter seu nome omitido), de ter sua autoria informada quando sua obra é utilizada, e ainda o direito à manutenção da integridade da obra, entre outros direitos. Desse modo, mesmo que o(a) autor(a) queira, os direitos morais não podem ser transferidos para outra pessoa.

Diferentemente, os direitos patrimoniais têm prazo de duração e podem ser cedidos, transferidos ou renunciados, isto é, estão na esfera do direito sobre os usos da obra. Esses direitos permitem que os autores possam explorar economicamente sua obra intelectual, autorizando ou não sua utilização, auferindo ganho ou cedendo gratuitamente. A proteção dos direitos patrimoniais perdura por 70 anos, contados a partir de 1 de janeiro do ano seguinte ao falecimento do(a) autor(a); podendo variar dependendo da tipologia da obra. Finalizado esse período, a obra entra em domínio público, podendo ser explorada livremente por qualquer pessoa, desde que sejam observados os direitos morais do(a) autor(a).

Nesse sentido, é importante diferenciar as obras em domínio público daquelas meramente disponíveis na Internet. O fato de um documento estar disponível para leitura na Internet não significa que o documento esteja disponível para realização de outras ações. Este cenário é particularmente importante tanto para leitores quanto para autores. A lei informa que os negócios jurídicos sobre os direitos autorais devem ser interpretados restritivamente. Desse modo, se o(a) autor(a) de um artigo científico põe seu trabalho na Internet, mas não informa para os leitores quais as ações podem ser exercidas sobre sua obra, o leitor pode estar incorrendo em uma ilegalidade em salvar (reproduzir) o artigo em seu computador. De outro lado, se o(a) autor(a) ao publicar seu artigo informa algum tipo de licença, tal como, uma licença *Creative Commons*[2], os leitores estarão cientes das ações que poderão exercer: copiar, salvar em seu computador, compartilhar, conforme informar a licença.

Por exemplo, se o leitor deseja “baixar” um livro encontrado na Internet, mas não há expressa autorização dos autores ou editores para tal ação, o leitor pode incorrer em uma ilicitude ao fazê-lo. Portanto, se uma determinada ação com a obra não está inserida no rol de exceções legais, o leitor deve atentar para a necessária autorização prévia do(a) autor(a) ou do editor para tal ação.

[2] Disponível em: https://br.creativecommons.org/licencas.

Nesse sentido, os autores podem evitar esse cenário de vulnerabilidade quanto às permissões para uso de sua obra ao, explícita e previamente, indicarem quais ações podem ser exercidas. Diversas iniciativas mundiais têm alertado para essa necessidade, como *Sherpa Romeo*[3], Diadorim[4], *Directory of Open Access Journals*[5], Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto[6], em um movimento mundial de Acesso Aberto ao Conhecimento.

Em âmbito institucional, a Fiocruz instituiu sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fundação Oswaldo Cruz (2014). E, para viabilizar sua implementação, reconhece e respeita os direitos autorais, sejam eles morais ou patrimoniais. Em seu artigo 21, a Política informa que os autores, quer sejam discentes ou trabalhadores da Fiocruz, independentemente do vínculo,

> [...] deverão ceder à Fiocruz, gratuita e não exclusivamente, os direitos de utilização não comercial das obras intelectuais, durante o prazo de vigência dos direitos autorais, em qualquer meio ou veículo, inclusive e, principalmente, o digital, em todos os países e idiomas, para fins de disponibilização pública gratuita e de utilização não comercial, reservados aos autores os direitos morais e os usos comerciais das obras intelectuais de que forem autores ou titulares (Fundação Oswaldo Cruz, 2014, f. 8).

Assim, os discentes vinculados à Fiocruz são solicitados a assinar um Termo de Cessão de seus Direitos Patrimoniais Não Comerciais sobre suas dissertações e teses; além de, geralmente, serem cientificados por meio dos editais de seleção ou no momento da formalização de sua vinculação.

A Política ainda alerta que a cessão dos direitos "[...] feita à Fiocruz pelos autores autorizará a utilização não comercial, gratuita, não exclusiva, em caráter permanente e irrevogável, da obra disponível no Repositório Institucional Arca, por qualquer pessoa, física ou jurídica" (Fundação Oswaldo Cruz, 2014, f. 8). Acentua, ainda, que o uso deve ser "para fins privados, pessoais, educacionais, de pesquisa, científicos, informativos, de arquivamento, preservação, difusão, divulgação, demonstração, disponibilização

---

[3] Disponível em: https://v2.sherpa.ac.uk/romeo.
[4] Disponível em: https://diadorim.ibict.br.
[5] Disponível em: https://doaj.org.
[6] Disponível em: https://www.budapestopenaccessinitiative.org.

ou quaisquer outras finalidades não comerciais” (Fundação Oswaldo Cruz, 2014, f. 8, §1º e §4º).

Nesse sentido, a obra depositada no Repositório Institucional Arca tem clara indicação dos usos que podem ser exercidos, evitando que os leitores, por negligência ou desconhecimento, incorram em um uso não autorizado sem intuito de lucro ou mesmo visando vantagem econômica (contrafação).

Há diversos usos não autorizados ou ilegais que ferem os direitos autorais, e, dentre eles, o plágio é o que mais se destaca no meio acadêmico, inclusive ensejando grandes debates acerca da honestidade intelectual e integridade em pesquisa, temas debatidos no Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz, 2019) e em seção específica do presente Manual.

O plágio se caracteriza pela vontade do(a) autor(a) em deliberadamente usurpar, em um ato consciente, a criação de outro(a) autor(a). Assim, ao intencionalmente e de má-fé, tornar seu, um texto ou mesmo trecho, do qual não foi autor, comete crime de plágio. O plágio não ocorre simplesmente na ingenuidade do(a) autor(a) em não citar uma referência utilizada, mas sim na inequívoca apropriação da expressão de ideias de outro(a) autor(a), ou seja, quando deliberadamente “furta” a obra, ou mesmo trechos, de outro(a) autor(a). Tal entendimento do que é plágio e suas consequências ainda permanece vigente mesmo na atual era informacional.

O Guia de Integridade em Pesquisa da Fiocruz traz uma série de diretrizes a serem incorporadas no dia a dia acadêmico, informando a necessidade de se observar determinadas condutas de todos os envolvidos, quer sejam discentes, técnicos, pesquisadores, no processo de produzir conhecimento científico. A integridade científica abrange comportamentos como honestidade, responsabilidade, respeito, imparcialidade e transparência, ao necessariamente observar: os melhores métodos de pesquisa; a titularidade e usos permitidos das bases de dados de onde foram retirados os dados, materiais, microrganismos etc. para o desenvolvimento da pesquisa; o correto uso dos critérios de autoria em um artigo/comunicação científica; as necessárias formalizações e autorizações legais.

Assim, o(a) autor(a), quer seja discente ou trabalhador da Fiocruz, deve estar atento ao que se pode ou não fazer em termos de direitos autorais e plágio:

EU POSSO:

a) inserir trecho de obra intelectual de outro(a) autor(a), em minha obra, desde que apropriadamente citado;

b) copiar, reusar, salvar, compartilhar, publicar, transcrever, traduzir trecho ou a totalidade de obra intelectual de outro(a) autor(a), desde que tenha autorização expressa e específica para cada ação (verbo);

c) como autor(a), indicar claramente os usos que os leitores poderão realizar com minha obra;

d) ceder meus direitos patrimoniais de obra intelectual de minha autoria.

EU NÃO POSSO:

a) inserir trecho de obra intelectual de outro(a) autor(a), em minha obra, sem fazer a correta citação;

b) copiar (exceto pequenos trechos para uso privado), reusar, salvar, compartilhar, publicar, transcrever, traduzir parte ou totalidade de obra intelectual sem a devida autorização;

c) inserir na minha obra intelectual qualquer imagem, gráfico, tabela etc. sem a devida autorização (exceção para passagens para fins de estudo na medida justificada, permanecendo a necessidade da apropriada citação);

d) copiar, reusar, salvar, compartilhar, publicar, obra de minha autoria, cedida exclusiva ou totalmente a terceiro, sem a devida autorização.

Em todo esse cenário, é importante que o(a) autor(a) ou o leitor busque auxílio especializado por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) de sua Unidade, quer seja para entender os direitos e deveres de uma política editorial ou para corretamente reproduzir uma figura, escolher um tipo de licença ou entender seus limites de uso. O NIT poderá indicar, sob a ótica do(a) autor(a), a melhor estratégia de proteção do seu direito autoral, ou mesmo para sua cessão ou licenciamento; e sob a ótica do leitor, os usos que se pode exercer sobre uma determinada obra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no país, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 36-E, p. 3, 20 fev. 1998a. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/02/1998&jornal=1&pagina=9&totalArquivos=80. Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 36-E, p. 3, 20 fev. 1998b. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/02/1998&jornal=1&pagina=11&totalArquivos=80. Acesso em: 29 jun. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Guia de integridade em pesquisa da Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/guia_de_integridade_em_pesquisa_da_fiocruz_-_final.pdf. Acesso em: 19 nov. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. **Portaria n. 329/2014-PR**. Institui a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento Rio de Janeiro: Fiocruz, 30 mar. 2014. 10 p. Retificada por Portaria 382/2014-PR. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf. Acesso em: 29 jun. 2020.

APÊNDICE C – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Prof. Dr. Marcio Sacramento de Oliveira[1]
Prof.ª Dra. Maria Cristina Soares Guimarães[2]

1 ÉTICA EM PESQUISA

Quando se fala em ética em pesquisa é preciso ter a clareza que esta deve perpassar todo o processo de pesquisa, incorporada como parte indissociável do fazer e do saber científico. Para ser ética, é imperativo que toda pesquisa tenha como princípios:

- Respeitar o participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio da manifestação expressa, livre e esclarecida;
- Ponderar entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- Garantir que danos previsíveis sejam evitados; e
- Ter relevância social, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio humanitária (Conselho Nacional de Saúde, 2002).

[1] Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LICTS) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

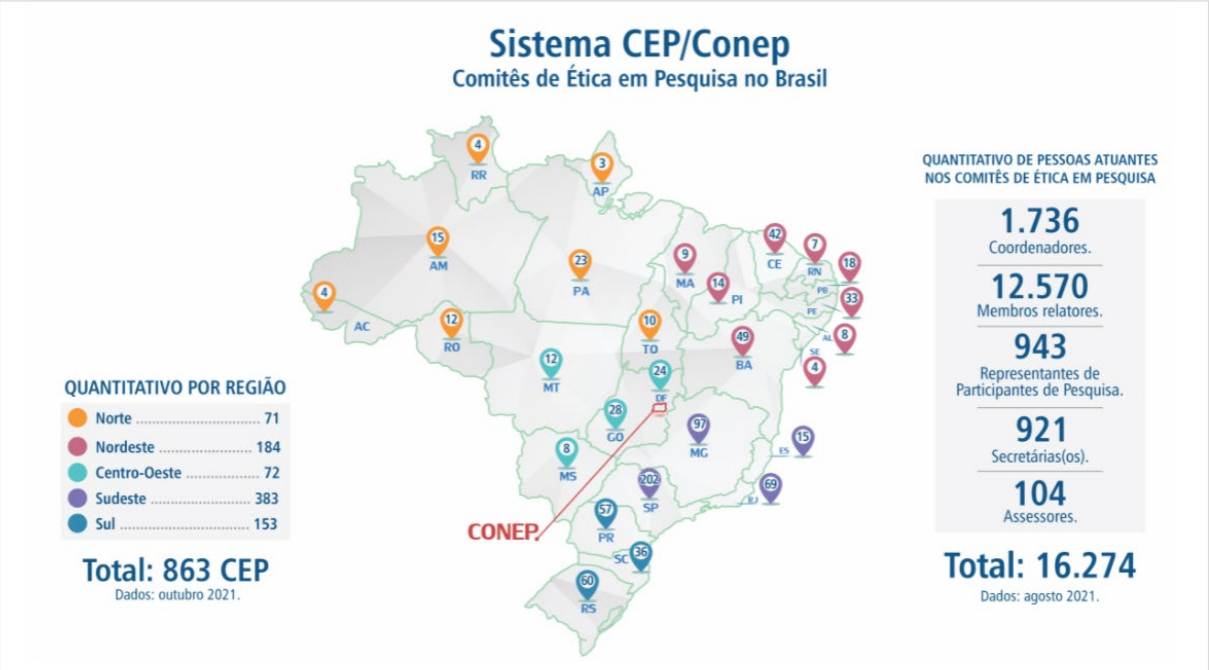
[2] Docente titular do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) e Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Escola Politécnica de Saúde João Venâncio (EPSJV), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

2 SISTEMA COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA/COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/CONEP)

O Sistema CEP/Conep, instituído em 1996 pela Resolução CNS nº 196/1996 (revogada em 2012 pela Resolução CNS nº 466), tem a função de proteger os participantes de pesquisa, por meio da avaliação ética de toda e qualquer pesquisa que possua a participação direta ou indireta de seres humanos no Brasil. Este processo é baseado em uma série de resoluções e normativas deliberadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS)[3].

Além de ter em sua missão a responsabilidade de elaborar e atualizar as diretrizes e normas para segurança, proteção e garantia dos direitos dos participantes de pesquisa, a Conep coordena a rede de CEP, em um total de 863 instâncias em diferentes instituições, cobrindo todas as regiões do país (Figura 1, a seguir).

Figura 1 – Distribuição dos Comitês de Ética em Pesquisa no Brasil e número de pessoas atuantes – outubro/2021



Fonte: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (2021).

A Fiocruz conta atualmente com nove Comitês de Ética em Pesquisa, presentes em cinco estados. Confira no quadro 1 o site do CEP de referência de sua

[3] Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html.

unidade técnico-científica e verifique as orientações para submissão de protocolos de pesquisas, calendário das reuniões e modelos de documentos necessários. Nem todas as unidades técnico-científicas da Fiocruz contam um CEP de referência. Nestes casos, cabe a Conep fazer o direcionamento do protocolo para um CEP que possa realizar a análise e acompanhamento.

Quadro 1 – Comitês de Ética em Pesquisa da Fiocruz por unidade técnico-científica de referência

CEP	Endereço eletrônico	Unidade(s) técnico-científica(s) atendida(s)
ENSP	https://cep.ensp.fiocruz.br	ENSP
EPSJV	http://www.epsjv.fiocruz.br/pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa	EPSJV ICICT COC
IFF	http://www.iff.fiocruz.br/index.php/comite-de-etica-em-pesquisa-cep	IFF
INI	https://portal.fiocruz.br/comite-de-etica-em-pesquisa-do-instituto-nacional-de-infectologia-evandro-chagas	INI Farmanguinhos Biomanguinhos
IOC	Disponível apenas na Intranet	IOC Presidência Farmanguinhos INCQS CDTS Fiocruz Paraná Projeto Praça XI
IGM	https://www.bahia.fiocruz.br/cpqgm/comite-de-etica-e-pesquisa	Fiocruz Bahia
IRR	https://portal.fiocruz.br/comite-de-etica-em-pesquisas-envolvendo-seres-humanos-do-centro-de-pesquisas-rene-rachou	Fiocruz Minas
IAM	https://www.cpqam.fiocruz.br/pesquisa/comite-de-etica/sobre	Fiocruz Pernambuco
Fiocruz-Brasília	https://www.fiocruzbrasilia.fiocruz.br/cep	Fiocruz Brasília

Fonte: Os autores.

3 **AS RESOLUÇÕES E AS NORMATIVAS**

O principal marco regulatório para a ética na pesquisa é, atualmente, a **Resolução CNS nº 466/2012**, junto com as demais diretrizes, decisões, documentos e resoluções complementares que compõem o sistema CEP/Conep. Dentre essas, citam-se a **Norma Operacional CNS nº 001/2013**, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/Conep, a Resolução **CNS nº 510/2016** que trata, de forma complementar, da ética nas pesquisas das ciências humanas e sociais, bem como a **Resolução CNS nº 580/2018** que estabelece as especificidades éticas das pesquisas de interesse estratégico para o Sistema Único de Saúde (SUS). O Quadro 2, a seguir, sumariza as normativas em vigor.

Quadro 2 – Lista de Resoluções, Normativas e Manuais do CNS que regulamentam a pesquisa com a participação direta ou indireta de seres humanos no Brasil (continua)

Documento	Ementa	Endereço eletrônico
Resolução nº 580/2018	Pesquisas Estratégicas para SUS.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_580_-_2018_-__Pesquisas_Estratgicas_para_SUS.pdf
Resolução nº 563/2017	Direito do participante de pesquisa com doenças ultrarraras.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_563_-_2017_-_Regulamenta_direito_participante_de_pesquisa_com_doenas_ultrarraras.pdf
Resolução nº 510/2016	Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_510_-_2016_-_Cincias_Humanas_e_Sociais.pdf
Resolução nº 506/2016	Acreditação dos Comitês de Ética em Pesquisa.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_506_-_2016_-__Acreditao_CEP.pdf
Resolução nº 466/2012	Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.	http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

Quadro 2 – Lista de Resoluções, Normativas e Manuais do CNS que regulamentam a pesquisa com a participação direta ou indireta de seres humanos no Brasil (continuação)

Documento	Ementa	Endereço eletrônico
Resolução nº 446/2011	Estruturação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_446_-_2011_-__Sobre_composio_da_CONEP.pdf
Resolução nº 441/2011	Armazenamento de material biológico humano ou uso de material armazenado em pesquisas anteriores.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_441_-_2011_-_Armazenamento_de_Material_Biolgico.pdf
Resolução nº 370/2007	Registro, credenciamento e renovação dos CEPs institucionais.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resolu%C3%A7%C3%A3o__CNS_n%C2%BA_370-2007.pdf
Resolução nº 346/2005	Tramitação de projetos de pesquisa multicêntricos.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_346_-_2005__-_Projetos_Multicntricos.pdf
Resolução nº 340/2004	Análise ética e tramitação de projetos de pesquisa na área temática especial genética humana.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_340_-_2000__-_rea_Temtica_Especial_de_Gentica_Humana.pdf
Resolução nº 304/2000	Normas para pesquisas envolvendo seres humanos área de povos indígenas.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/06._Resolu%C3%A7%C3%A3o_304_2000_Povos_Ind%C3%ADgenas.PDF
Resolução nº 301/2000	Discussão de propostas de modificação da Declaração de Helsinque.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_301_-_2000_-__Declaracao Helsinque.pdf
Resolução nº 292/1997 (Pt-Br)	Pesquisas coordenadas do exterior ou com participação estrangeira e pesquisas que envolvam remessa de material biológico para o exterior.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_292_-_1997__-_Cooperao_estrangeira-PT-BR.pdf
Resolução nº 251/1997	Área temática de pesquisa com novos fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resoluo_n_251_-_1997_-_Frmacos_Vacinas_e_Testes_diagnsticos.pdf

Quadro 2 – Lista de Resoluções, Normativas e Manuais do CNS que regulamentam a pesquisa com a participação direta ou indireta de seres humanos no Brasil (conclusão)

Documento	Ementa	Endereço eletrônico
Resolução nº 240/1997	Definição do termo "usuários" para efeito de participação dos Comitês de Ética em Pesquisa.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Resolucao_n_240_1997.pdf
Norma Operacional nº 001/2013	Organização e funcionamento do Sistema CEP/Conep e procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Norma_Operacional_n_001-2013_Procedimento_Submisso_de_Projeto.pdf
Manual de Usuário Pesquisador	Orienta o pesquisador na criação de seu cadastro na Plataforma Brasil, submissão e acompanhamento de projetos de pesquisa.	http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf, em "Manuais da Plataforma Brasil"
Manual de Orientação: Pendências Frequentes em Protocolos Pesquisa Clínica	Aponta as principais **pendências** éticas que a **Conep** identifica nos seus pareceres consubstanciados relativos aos protocolos de pesquisa clínica, particularmente os ensaios clínicos com novos fármacos.	http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf, em "Manuais da Plataforma Brasil"
Carta circular 51-SEI/2017-CONEP/SECNS/MS	Esclarecimentos adicionais sobre a redação do TCLE.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/CartaCircular51.pdf
Carta circular 110- SEI/2017 -CONEP/SECNS/MS	Preenchimento da Plataforma Brasil em pesquisas com metodologias próprias das áreas de Ciências Humanas e Sociais.	http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/CartaCircular110.pdf

Fonte: Adaptado de Conselho Nacional de Saúde (2020a, 2020b).

4 COMO SUBMETER UM PROJETO DE PESQUISA

Desde 2011, todo o trâmite para submissão e análise de projetos nos CEP passou a ser realizado através da Plataforma Brasil[4], sistema que é gerido pela Conep e que abrange todos os Comitês do país.

Todo(a) pesquisador(a) e discente de pós-graduação necessita se cadastrar na Plataforma Brasil, para que possa submeter seu protocolo de pesquisa para apreciação do CEP. Quando for efetuar o cadastro, é importante que seja informada sua **instituição proponente**, ou seja, qual Unidade Técnico-Científica da Fiocruz onde se está vinculado(a).

Segundo a Norma Operacional CNS/MS nº 001/2013, item 3.1, um "**protocolo de pesquisa** é o conjunto de documentos, que pode ser variável a depender do tema, incluindo o projeto, e que apresenta a proposta de uma pesquisa a ser analisada pelo Sistema CEP/Conep" (Conselho Nacional de Saúde, 2013).

O passo-a-passo na Plataforma orienta sobre os documentos obrigatórios, e opcionais, a depender do tipo de pesquisa a ser conduzida. Conforme o Conselho Nacional de Saúde (2013, p. 14) "todos os documentos anexados pelo pesquisador devem possibilitar o uso dos recursos 'Copiar' e 'Colar' em qualquer palavra ou trecho do texto". Neste sentido recomenda-se o uso de extensões dos arquivos: .doc, .docx, .odt, .pdf, .txt, com até 20 Mb de tamanho máximo.

Na Plataforma são apresentados vários campos para preenchimento que contemplam as diferentes dimensões do projeto de pesquisa: resumo, introdução, hipótese, objetivos, metodologia, riscos e benefícios, desfecho primário, desenho do estudo, dentre outros. No caso de pesquisas, em que a metodologia não se enquadre na perspectiva experimental, os campos devem ser preenchidos com a expressão "**não se aplica**". Ressalva-se, entretanto, que os campos **riscos e benefícios** são de preenchimento obrigatório.

Quanto ao preenchimento do campo **tamanho da amostra no Brasil**, em algumas pesquisas da área de ciências humanas ou sociais pode ser impossível estimar, antecipadamente, o número de participantes. Nesse caso, deve-se inserir o número 0 (zero).

O **cronograma da pesquisa** é outro documento importante do protocolo, e ele tanto compõe o protocolo como deve ser preenchido em campo específico na

[4] Disponível em: http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf.

Plataforma Brasil. O CEP **não** avalia projetos cujas etapas de coleta de informação com os sujeitos participantes já tenha se iniciado. Assim, o campo empírico sempre se sucede à apreciação ética.

Para esclarecimentos adicionais quanto ao preenchimento dos campos na Plataforma Brasil, nos casos das pesquisas das áreas de ciências humanas e sociais, sugere-se a leitura da **Carta Circular CNS nº 110/2017**.

Pesquisas que se utilizem exclusivamente de fontes de dados secundários, de caráter público, estão dispensadas de submissão ao CEP.

Na composição do protocolo de pesquisa, especial atenção deve ser dada ao documento **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),** segundo Resolução CNS nº 466/2012, mais afeito à pesquisa biomédica, ou ao **Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLE)**, segundo Resolução CNS nº 510/2016, específico para as pesquisas em ciências humanas e sociais. Ambos são instrumentos essenciais para garantia da ética e dos direitos dos participantes. É fundamental que o consentimento seja redigido em linguagem clara, permitindo ao sujeito o pleno entendimento das razões de sua participação, dos riscos envolvidos e benefícios esperados, e de seus direitos.

Nesse sentido, o(a) pesquisador(a) responsável tem o dever de informar ao participante: sobre o **recebimento de assistência integral e imediata**, de forma gratuita, pelo tempo que for necessário, em caso de danos materiais e/ou imateriais decorrentes da pesquisa; sobre o **ressarcimento de todos os gastos** (se houver) incorridos pela participação na pesquisa, e sobre o **direito à indenização em caso de danos decorrentes da pesquisa,** nos termos do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002[5]), sobretudo nos artigos 927 a 954, Capítulos I (Da Obrigação de Indenizar) e II (Da Indenização), Título IX (Da Responsabilidade Civil).

Em situações especiais, o pesquisador poderá propor a dispensa do TCLE/RCLE. Para tanto, terá que justificar sua intenção em espaço destinado a este fim, disponível na Plataforma Brasil.

Para orientar a construção de seu protocolo de pesquisa, submissão e acompanhamento na Plataforma Brasil, consulte a **Norma Operacional CNS nº 001/2013** e as demais resoluções (Quadro 2) que regulamentam seu objeto de pesquisa.

[5] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm.

5 **ANÁLISE ÉTICA**

O fluxo estabelecido pelo sistema CEP/Conep para análise dos protocolos de pesquisa consiste em: verificação documental; distribuição para um dos membros do CEP e elaboração do parecer do relator; leitura do parecer do relator e elaboração do parecer do colegiado na reunião do CEP; revisão do parecer do colegiado e emissão do parecer consubstanciado. O prazo que o Comitê tem para realizar a verificação documental é de até 10 dias corridos após a submissão do protocolo. A emissão do parecer consubstanciado pelo CEP é de trinta 30 dias corridos a partir da aceitação na integralidade dos documentos do protocolo.

Os pareceres emitidos pelo CEP podem ser: a) de **aprovação**; b) de **pendência** ou c) de **não aprovação**. Nos casos de projetos em situação de pendência, as razões estarão elencadas no texto do parecer consubstanciado, sendo concedido um prazo de 30 dias corridos para a sua resolução. A resposta às pendências, o que inclui ajustes, esclarecimentos e/ou substituição de documentos também deve ser realizada através da Plataforma Brasil.

Os pareceres emitidos pelo CEP são disponibilizados por meio da Plataforma Brasil. Ao receber uma mensagem de notificação de que o seu projeto foi avaliado, baixe o documento com o parecer consubstanciado emitido e sempre o leia na íntegra. Em caso de dúvidas, entre em contato com o CEP (Quadro 1).

Das deliberações do CEP cabe recurso de reconsideração, ao próprio CEP, no prazo de 30 dias corridos. Se o Comitê indeferir o recurso de reconsideração, o(a) pesquisador(a) poderá interpor recurso à Conep, como última instância, no prazo de 30 dias corridos.

Os CEPs da Fiocruz se reúnem mensalmente, conforme calendário anual previamente estabelecido. No *site* dos Comitês é possível ter acesso ao cronograma de reuniões, bem como às instruções para o envio de projetos e direções para o esclarecimento de dúvidas.

6 **TRAMITAÇÃO DAS EMENDAS, EXTENSÕES E NOTIFICAÇÕES**

São as seguintes modificações/ajustes que um protocolo pode sofrer:

> **Emenda**: é toda proposta de modificação ao projeto original, apresentada com a justificativa que a motivou. As emendas devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificado e suas justificativas. A emenda será analisada pelas instâncias de sua aprovação final (CEP e/ou Conep).
>
> **Extensão**: é a proposta de prorrogação ou continuidade da pesquisa com os mesmos participantes recrutados, sem mudança essencial nos objetivos e na metodologia do projeto original. Havendo modificações importantes de objetivos e métodos, deve ser apresentado outro protocolo de pesquisa.
>
> **Notificação**: deve ser enviada ao CEP quando o pesquisador precisar encaminhar algum documento ao Comitê, por ex. anuência de coparticipantes, envio de relatório parcial, dentre outros. (Conselho Nacional De Saúde, 2013).

7 **RELATÓRIO DE PESQUISA E COMUNICAÇÃO DE TÉRMINO DA PESQUISA**

Cabe o(a) pesquisador(a) enviar relatórios parciais e final ao CEP.

O Relatório Parcial deverá ser encaminhado via Plataforma Brasil semestralmente, na opção “Notificação”.

Caso a pesquisa precise ser suspensa, o(a) pesquisador(a) deve apresentar relatório completo ao CEP incluindo item para solicitação da suspensão do estudo, e justificativa para tal.

O Relatório Final deve deverá ser enviado em até 30 dias corridos após o término do projeto, via notificação na Plataforma Brasil, com intuito de esclarecer que a pesquisa foi realizada em conformidade com os aspectos éticos.

Somente após a aprovação do Relatório Final pelo CEP, o(a) pesquisador(a) responsável deverá notificar o Comitê do término do projeto.

Para tanto, é necessário acessar a Plataforma Brasil e realizar os seguintes procedimentos:

a) acessar a aba Pesquisador;

b) em gestão da pesquisa, acessar a opção “Notificação”;

c) no campo “Tipo de Notificação”, escolher “Comunicação de Término do Projeto”;

d) o sistema gerará automaticamente o Comunicado de Término do Projeto (pdf).;

e) clicar em enviar notificação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível em: https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=11/01/2002&totalArquivos=192. Acesso em: 6 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa**. Brasília, DF: CNS, 2020a. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/comissoes-cns/conep/. Acesso em: 17 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Comitês de Ética em Pesquisa**. Brasília, DF: CNS, 2021. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/comites-de-etica-em-pesquisa-conep?view=default. Acesso em: 29 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Norma Operacional nº 001/2013**. Dispõe sobre a organização e funcionamento do Sistema CEP/CONEP, e sobre os procedimentos para submissão, avaliação e acompanhamento da pesquisa e de desenvolvimento envolvendo seres humanos no Brasil, nos termos do item 5, do Capítulo XIII, da Resolução CNS n° 466 de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF: CNS, 2013. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/Norma_Operacional_n_001-2013_Procedimento_Submisso_de_Projeto.pdf. Acesso em: 17 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Normativas**: lista das cartas circulares. Brasília, DF: CNS, 2020b. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/normativas-conep?view=default. Acesso em: 17 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Normativas**: lista de resoluções. Brasília, DF: CNS, 2020c. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/normativas-conep?view=default. Acesso em: 17 ago. 2020.

APÊNDICE D – DADOS DE PESQUISA (INFORMAÇÕES GERAIS)

GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA

Prof.ª Dra. Viviane Santos de Oliveira Veiga[1]

1 GESTÃO DE DADOS DE PESQUISA

A ciência aberta (CA) é um conceito que expressa uma ciência conduzida de forma mais colaborativa e aberta. Se concretiza em diversas práticas como acesso aberto aos resultados da pesquisa (principalmente artigos científicos), cadernos de laboratório abertos, códigos abertos, ciência cidadã, revisão por pares aberta, métodos abertos, materiais abertos e compartilhamento de dados de pesquisa.

A adequada gestão dos dados de pesquisa é fundamental para garantir o compartilhamento de dados. Os dados de pesquisa devem estar “tão abertos quanto possível e tão fechados quanto necessário” (European Commission, 2016, tradução nossa).

O trabalho acadêmico elaborado no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz deve ser conduzido de acordo com as políticas da Instituição, entre as quais destacam-se a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento[2] e a Política de Gestão, Compartilhamento e Abertura de dados para pesquisa em Saúde[3].

Nesta seção serão apresentados os principais tópicos para que seja realizada a gestão dos dados da investigação de acordo com as boas práticas de pesquisa estabelecidas internacionalmente.

---

[1] Pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Coordenadora da Rede de Bibliotecas Fiocruz.

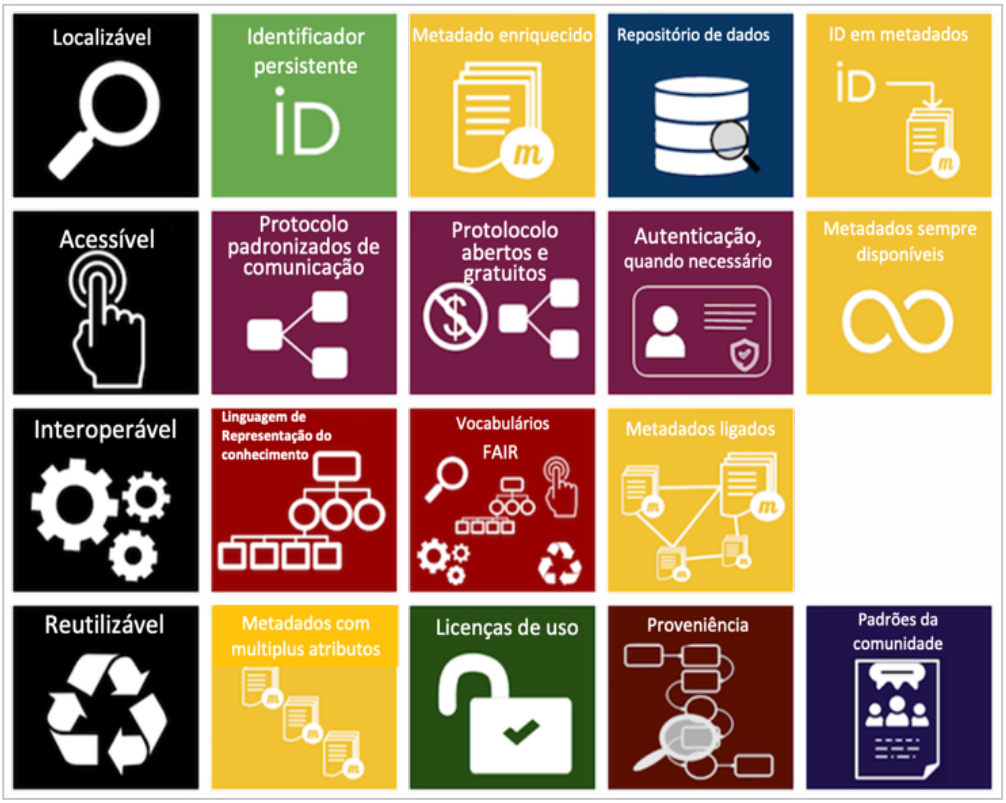
[2] Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf

[3] Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/45727/2/Politica%20de%20dados%20da%20Fiocruz.pdf

1.1 PRINCÍPIOS FAIR

FAIR é um acrônimo para *Findable, Accessible, Interoperable e Reusable,* considerado pela comunidade científica como princípios norteadores para adequada gestão de dados. O objetivo final destes princípios é otimizar a reutilização dos dados, tanto por humanos quanto por máquinas, conforme descrito por Wilkinson *et al*. (2016) e resumido a seguir:

Figura 1 – Princípios FAIR



Fonte: Australian National Data Service ([2019?], tradução nossa).

a) ***Findable*** (Localizável): dados e metadados devem ser passíveis de serem localizados por pessoas e máquinas. Os metadados devem ser legíveis por mecanismos automatizados, o que possibilita a descoberta automática dos conjuntos de dados. Dados e metadados devem adotar um identificador persistente global e único, indexados em repositórios confiáveis com metadados enriquecidos;

b) ***Accessible*** (Acessível): metadados e dados devem ser recuperáveis por identificadores. Os dados devem ser compartilhados em sistemas que utilizem protocolos de comunicação padronizados,

abertos, gratuitos e universalmente implementáveis, e que permitam procedimentos de autenticação e autorização e acesso aos metadados mesmo quando os dados não estiverem mais disponíveis;

c) ***Interoperable*** (Interoperável): deve-se usar linguagem de representação do conhecimento, vocabulários e/ou ontologias que adotem os princípios FAIR. Além disso, dados e metadados devem incluir referências qualificadas para outros metadados e dados (dados interligados). Deve ser possível que os mecanismos automatizados reconheçam os dados para que eles possam ser combinados automaticamente com outros artefatos relacionados;

d) ***Reusable*** (Reutilizável): metadados e dados devem ser descritos com pluralidade de atributos precisos e relevantes, com licenças de uso claras e acessíveis, com suas proveniências detalhadas e utilizando padrões relevantes da comunidade, para que possam ser replicados e/ou combinados em diferentes contextos.

Estes princípios referem-se aos dados, metadados e plataformas.

1.2 PLANO DE GESTÃO DE DADOS

A primeira etapa para a gestão de dados alinhada aos princípios FAIR é a elaboração do Plano de Gestão de Dados (PGD). Este plano deve ser um documento formal, dinâmico e vivo e descrever todo o processo de coleta, geração, processamento, armazenamento, preservação, compartilhamento, acesso e reuso dos dados.

Existem várias ferramentas para elaboração do plano de gestão de dados que pode ser utilizado por qualquer usuário, desde que realize um cadastro. A seguir são apresentadas as ferramentas:

a) ***DMPTool***[4] – ferramenta mantida pelo DataONE, Digital Curation Centre (DCC) e várias universidades americanas. No Brasil algumas universidades realizaram assinatura institucional para uso da ferramenta, como Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

[4] Disponível em: https://dmptool.org

b) ***DMPOnline***[5], ferramenta mantida pelo DCC.

No Brasil, o primeiro sistema para elaboração de planos de gestão de dados é o FioDMP (inicialmente chamado de FioPGD[6] (Veiga *et al.*, 2019), ferramenta desenvolvida e mantida pela Fundação Oswaldo Cruz. O FioDMP abarca as especificidades da pesquisa nacional, incluindo as questões éticas e legais no desenvolvimento da pesquisa em saúde. Além disso, busca conduzir o pesquisador na elaboração de um PGD alinhado aos princípios FAIR.

Recomenda-se que os discentes e pesquisadores da Fiocruz utilizem o sistema institucional FioDMP para elaborar seu plano de gestão de dados e o inclua como apêndice no projeto de qualificação a ser apreciado pela banca.

Figura 2 – Sistema institucional FioDMP

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz ([2021?]).

1.3 REPOSITÓRIOS DE DADOS

Repositórios de dados de pesquisa são plataformas digitais criadas com o objetivo de armazenar, preservar e dar acesso aos dados e materiais da pesquisa científica. Além do levantamento bibliográfico em fontes de informação, os discentes podem realizar levantamentos de dados de pesquisa em diversas fontes para este fim como:

[5] Disponível em: https://dmponline.dcc.ac.uk
[6] Disponível em: https://fiopgd.icict.fiocruz.br/sobre

Zenodo[7], Figshare[8], Dryad[9], Harvard Dataverse[10]. Estas fontes permitem, além da busca por dados de pesquisa, o depósito desses dados. Existem também mega buscadores de dados de pesquisa, como o Google Dataset Search[11].

A Fiocruz possui dois repositórios para armazenar, preservar e dar acesso aos produtos científicos: o Arca – Repositório institucional[12], para artigos, teses, dissertações, trabalhos em congressos, relatórios e outras tipologias; e o Repositório institucional de dados, o Arca Dados[13], para os dados de pesquisa.

1.3.1 **Compartilhamento x abertura**

Compartilhamento de dados não significa abertura de dados. Compartilhamento de dados é o ato de depositar em repositórios confiáveis, sempre com metadados disponíveis. Existem diversos graus de compartilhamento:

a) **Compartilhamento fechado**: metadados disponíveis, porém o acesso ao conjunto de dados está fechado;

b) **Compartilhamento restrito**: metadados disponíveis, porém o acesso ao conjunto de dados é restrito a um grupo pré-definido ou sob autenticação/autorização;

c) **Compartilhamento aberto**: metadados e dados disponíveis abertamente. Qualquer usuário da internet pode acessar dados e metadados. As condições de uso e reuso dependem da licença aplicada no ato do depósito do conjunto de dados no repositório.

No compartilhamento restrito ou aberto pode ser aplicado um período de **embargo**. Neste caso, o acesso aos dados permanecerá fechado até a data imposta pelo período do embargo.

---

7 Disponível em: https://zenodo.org/
8 Disponível em: https://figshare.com/
9 Disponível em: https://datadryad.org/
10 Disponível em: https://dataverse.harvard.edu/
11 Disponível em: https://datasetsearch.research.google.com/
12 Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br. Ver também a seção “Apêndice E” deste Manual.
13 Disponível em: https://dadosdepesquisa.fiocruz.br/

Recomenda-se o compartilhamento dos dados dos trabalhos acadêmicos produzidos no âmbito dos PPG da instituição, no Arca Dados, de forma não exclusiva. Os dados também podem ser localizados por meio de repositórios de dados de pesquisa que sejam de interesse do campo disciplinar, utilizando um único identificador persistente, em ambas as plataformas (dados interligados).

1.4 CITAÇÃO DE DADOS

Em 2014, o Future of Research Communication and e-Scholarship (FORCE11) publicou o 'Joint Declaration of Data Citation Principles' que reconhece os dados de pesquisa como objetos legítimos e citáveis, assim como outros produtos provenientes da pesquisa científica. Os princípios estabelecidos neste documento para a citação dos dados de pesquisa são: Importância, Crédito e atribuição, Evidência, Identificador único, Acesso, Persistência, Especificidade e Verificabilidade, Interoperabilidade e Flexibilidade (FORCE 11, 2014).

A citação adequada dos dados de pesquisa assegura crédito aos autores e favorece a recuperação e o reuso dos dados. Desta forma, todos os dados produzidos por terceiros e utilizados na pesquisa devem ser citados conforme a norma de citação de dados estabelecida neste Manual.

REFERÊNCIAS

AUSTRALIAN NATIONAL DATA SERVICE. **FAIR data training**. Melbourne, [2019?]. Disponível em: https://www.ands.org.au/working-with-data/fairdata/training. Acesso em: 7 maio 2019.

EUROPEAN COMMISSION. Directorate-General for Research & Innovation. **H2020 programme**: guidelines on FAIR data management in Horizon 2020. Version 3.0. [*S. l.*]: European Commission, 2016. Disponível em: h2020-hi-oa-data-mgt_en.pdf (europa.eu). Acesso em: 15 jan. 2017.

FORCE11. Data Citation Synthesis Group. **Joint Declaration of Data Citation Principles**. San Diego, CA: FORCE11, 2014. DOI: https://doi.org/10.25490/a97f-egyk. Disponível em: https://www.force11.org/group/joint-declaration-data-citation-principles-final. Acesso em: 9 set. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Plano de gestão de dados**. [Rio de Janeiro]: Fiocruz, [2021?].

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. **Portaria 329/2014-PR, de 31 de março de 2014**. Instituir a política de acesso aberto ao conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, Presidência, 2014. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf. Acesso em: 17 out. 2015.

VEIGA, Viviane Santos de Oliveira *et al*. Plano de gestão de dados FAIR: uma proposta para a Fiocruz. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 275-286, nov. 2019. DOI: https://doi.org/10.18617/liinc.v15i2.5030. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5030. Acesso em: 16 dez. 2021.

WILKINSON, M. D. *et al*. The FAIR guiding principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, London, v. 3, 15 Mar. 2016. Disponível em: https://www.nature.com/articles/sdata201618. Acesso em: 6 ago. 2019.

APÊNDICE E – ARCA DADOS – REPOSITÓRIO DE DADOS DA FIOCRUZ

REPOSITÓRIOS DE DADOS

Comitê Gestor do Arca Dados[1]

O desenvolvimento da ciência é um processo contínuo e dinâmico que envolve várias etapas e práticas. Nesta perspectiva, os dados desempenham um papel fundamental no processo de pesquisa e, dentro desse contexto, a prática de compartilhamento é essencial para o avanço do conhecimento e o progresso da sociedade.

Com o objetivo de contribuir para o avanço desta prática, a Fiocruz publicou a sua **"Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa: princípios e diretrizes"**[2], em 2020, buscando assim reafirmar o papel estratégico da Fiocruz no desenvolvimento científico e tecnológico do país, na produção e disseminação de conhecimentos voltados ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a melhoria das condições de vida e saúde da população brasileira como um todo.

Neste contexto, os repositórios de dados de pesquisa são plataformas digitais onde os pesquisadores podem armazenar, compartilhar e acessar conjuntos de dados relacionados aos processos de pesquisa. Eles desempenham um papel fundamental na promoção da transparência, replicabilidade e reprodutibilidade das pesquisas. Também é um recurso importante para o compartilhamento confiável e seguro de dados, potencializando ações de reuso de dados, conforme proposto pelo movimento da Ciência Aberta.

Considerando o repositório de dados como um pilar fundamental para o desenvolvimento do ecossistema da Ciência Aberta na Fiocruz, foi criado o **Arca Dados**[3] - o repositório oficial de dados para pesquisa[4].

---

1 Instância responsável pelo Repositório de dados da Fiocruz - ArcaDados, composta pelos seguintes membros https://portal.fiocruz.br/documento/comite-gestor-do-arca-dados.

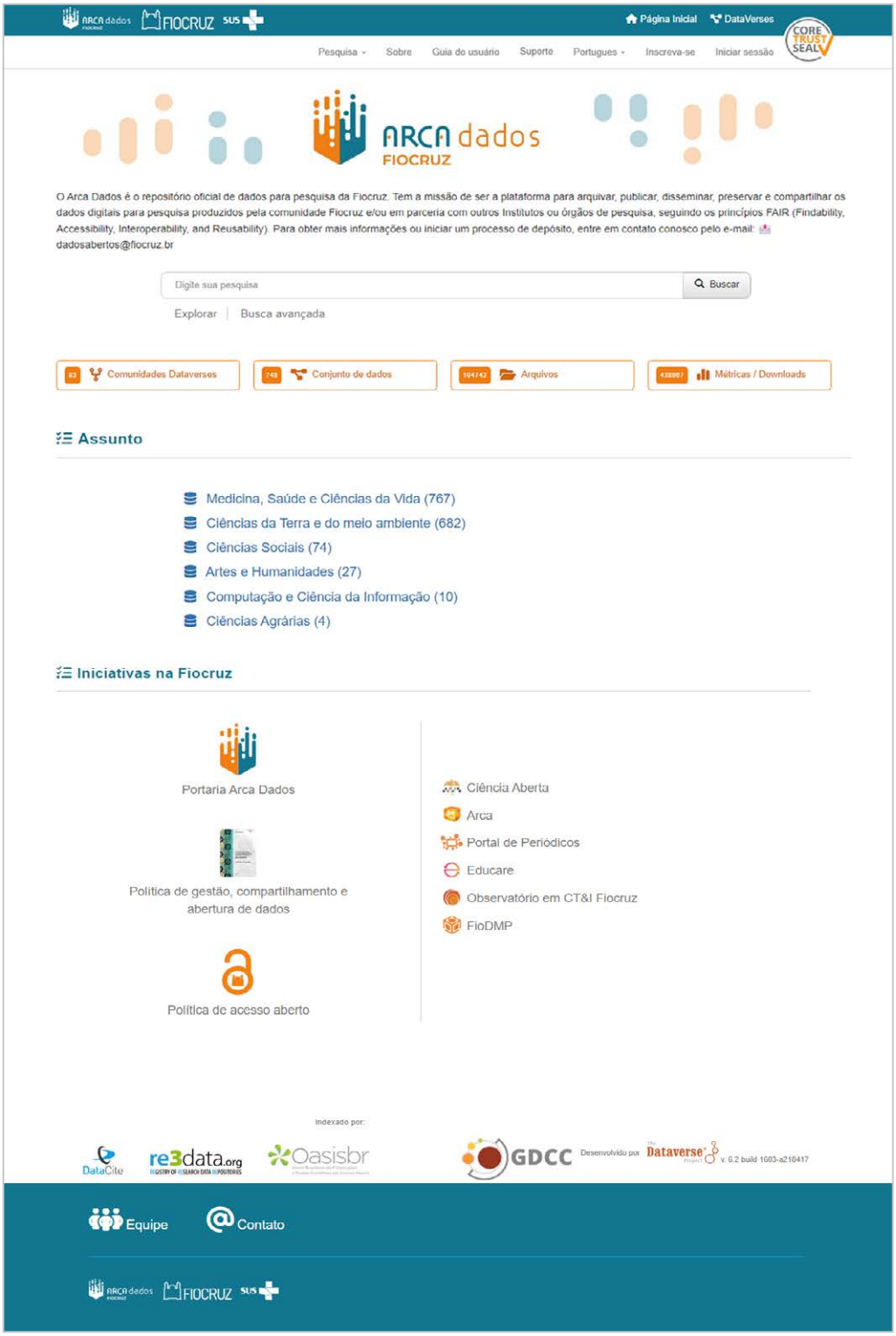
2 Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para Pesquisa: princípios e diretrizes", instituída por meio da Portaria nº 5.760, de 7 de dezembro de 2020. Portaria nº 5.760/2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46408.

3 Arca Dados - https://arcadados.fiocruz.br

4 Portaria no 867/2023 - https://arcadados.fiocruz.br/wwwSEI_3124528_Portaria_da_Presidencia_867.pdf

O Arca Dados tem a missão de ser a plataforma para arquivar, publicar, disseminar, preservar e compartilhar os dados digitais para pesquisa produzidos pela comunidade Fiocruz e/ou em parceria com outros Institutos ou órgãos de pesquisa, seguindo os princípios FAIR (Findability, Accessibility, Interoperability, and Reusability).

Figura 1 – Página do Arca Dados



Fonte: *FrontPage* do Arca Dados

De forma geral, os conjuntos de dados e documentos relacionados permitidos para depósito no Arca Dados incluem arquivos tabulares, planilhas, bases de dados, relatórios, dicionários de dados, imagens, vídeos, gráficos e códigos de software, entre outros, desde que sejam resultado de pesquisa técnico-científica realizada por pesquisadores, alunos ou funcionários da Fiocruz ou de pesquisa financiada, apoiada ou em parceria da Fiocruz com outra instituição. Os dados devem ser de interesse de longo prazo para a instituição e estar em formato digital, completos e prontos para distribuição.

O Arca Dados não aceita conteúdo que contenha informações confidenciais ou dados sensíveis, e pode ser usado apenas para compartilhar dados anonimizados, pseudoanonimizados (sem o depósito da chave de acesso) e não confidenciais. Os autores devem remover, substituir ou editar essas informações antes do depósito dos conjuntos de dados. Dados sigilosos, com potencial de gerar novos produtos ou serviços ou protegidos por propriedade intelectual não devem ser depositados neste repositório.

Qualquer formato de arquivo pode ser depositado no Arca Dados, mas aconselhamos dar preferência a formatos abertos e não-proprietários, que são mais adequados para preservar e garantir o acesso a longo prazo aos arquivos depositados no Arca Dados. Os formatos recomendados para preservação estão definidos no Programa de Preservação Digital de Acervos da Fiocruz.

Quando um conjunto de dados é publicado, os metadados estão sempre acessíveis publicamente. No entanto, o autor do conjunto de dados pode definir restrições de acesso ao conjunto de dados ou a arquivos específicos, bem como definir a licença e os termos de uso que se aplicam a seu conjunto de dados, dependendo dos requisitos do financiador e da publicação onde o conteúdo será divulgado.

Ademais, os conjuntos de dados cujos metadados são cadastrados no Arca Dados se tornam imediatamente visíveis para as redes internacionais de dados de pesquisa.

Em relação ao **depósito**, a comunidade Fiocruz e usuários autorizados pela Fiocruz, incluindo os discentes acompanhdos de seus orientadores, podem depositar os conjuntos de dados no Arca Dados. Para iniciar o processo de depósito de dados, o solicitante deve enviar um e-mail para dadosdepesquisa@fiocruz.br.

Todos os conjuntos de dados depositados receberão um **identificador de objeto digital (DOI)** que pode ser usado para citação em qualquer publicação. O seu

conjunto de dados recebe um DOI assim que é salvo na plataforma, depois é ativado assim que o conjunto é publicado.

Cabe destacar que as citações e referências aos dados de pesquisa seguem padrões semelhantes aos textos bibliográficos. A citação do conjunto de dados pode ser feita através do DOI (Digital Object Identifier/Identificador de Objeto Digital) do conjunto de dados ou copiando a citação gerada automaticamente pelo Arca Dados, conforme imagem abaixo:

Figura 2 – Citação do Conjunto de Dados através do DOI

Fonte: Os autores.

O DOI, ou Digital Object Identifier (Identificador de Objeto Digital), é um padrão para identificação única e persistentes de documentos na internet, geralmente usados em artigos de periódicos, *e-books*, capítulos de livros, áudios, vídeos, imagens, gráficos e conjuntos de dados, entre outros. O DOI permite que esses documentos ou dados de pesquisa sejam facilmente recuperados e localizados na Internet, facilitando também a checagem e contagem de citações. O seu conjunto de dados poderá ser citado e encontrado através do DOI fornecido automaticamente pela plataforma assim que o conjunto é publicado.

Para obter o **cadastro** no Arca Dados, basta fazer login utilizando o **login único** da Fiocruz[5].

Cabe salientar a diferença entre Arca e Arca Dados: textos completos das dissertações, teses, artigos científicos, livros e/ou capítulos, relatórios e outras produções técnico-científicas gerados pela comunidade Fiocruz devem ser depositados no Repositório Institucional Arca. O Arca Dados é um repositório de dados que atende a demanda de depósito e compartilhamento dos “conjuntos de dados”. Dessa forma, você também pode depositar o dado de pesquisa que você tenha produzido ou coletado no ciclo de vida da sua pesquisa por ser parte de um artigo científico ou qualquer produção bibliográfica.

Cabe destacar as vantagens de depositar os dados no Arca Dados, são eles:

- Os dados de pesquisa estarão armazenados e poderão ser compartilhados de forma segura;
- O depositante dos dados poderá gerenciar o acesso e a reutilização de seus dados de pesquisa, atendendo aos requisitos de depósito de publicações acadêmicas e agências de fomento
- O depositante obterá o controle sobre quem acessa os dados de pesquisa e verificar estatísticas de uso e de download de cada conjunto de dados e por arquivo;
- O depositante dos dados poderá vincular seu conjunto de dados às publicações relacionadas;
- O conjunto de dados receberá um DOI (um identificador persistente), facilitando a recuperação, o acesso e a citação dos dados, o que aumenta o impacto e a visibilidade de sua pesquisa.

[5] Disponível em: https://arcadados.fiocruz.br/loginpagexhtml?redirectPage=%2Fdataverse_homepage.xhtml.

A ilustração a seguir mostra dez motivos para usar o Arca Dados:

Figura 3 – Dez Motivos para usar o Arca Dados

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz (2023).

Em caso de dúvidas ou para mais informações, entre em contato pelo e-mail: dadosabertos@fiocruz.br.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Plano de gestão de dados**. [Rio de Janeiro]: Fiocruz, [2021?].

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. **Portaria 329/2014-PR, de 31 de março de 2014**. Instituir a política de acesso aberto ao conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, Presidência, 2014. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf. Acesso em: 17 out. 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. **Portaria n. 157, de 12 de maio de 2021**. Instituir a governança da Ciência Aberta na Fiocruz, de modo a sustentar a implementação das Políticas de Acesso Aberto ao Conhecimento, instituída pela Portaria nº 329/2014-PR 0750504, retificada pela portaria nº 382/2014-PR 0750511, em 31 de março de 2014, da Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa (0751929), instituída pela portaria nº 5760/2020-PR 0751932, em 07 de dezembro de 2020, e das diretrizes de Recursos Educacionais Abertos vigentes. Rio de Janeiro: Fiocruz, Presidência, 2021. Disponível em: https://sei.fiocruz.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=775494&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 10 fev. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Sobre o Arca Dados**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023. Disponível em: https://arcadados.fiocruz.br/www/sobre.html. Acesso em: 11 out. 2023.

APÊNDICE F – ARCA – REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (RI) DA FIOCRUZ

ARCA – REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL (RI) DA FIOCRUZ

Claudete Fernandes de Queiroz[1]
Éder de Almeida Freyre[2]

O Arca[3] é o Repositório Institucional (RI) da Fiocruz e sua missão é reunir, hospedar, disponibilizar, preservar e dar visibilidade à produção intelectual da Instituição. Tem como propósito estimular a ampla circulação do conhecimento, fortalecendo o compromisso institucional com o livre acesso da informação em saúde, além de conferir transparência e incentivar a comunicação científica entre pesquisadores, educadores, acadêmicos, gestores, discentes, bem como a sociedade civil. O Arca foi criado em 2007, sendo lançado oficialmente como repositório institucional em 2011, sob a coordenação do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict). Utiliza o software livre DSpace, que permite o gerenciamento e a preservação da produção científica em meio digital e em diversos formatos – texto, imagem, som, entre outros. O Repositório agrega comunidades que correspondem às unidades técnico-científicas e aos escritórios da Fiocruz[4], que reúnem seus documentos em diferentes coleções (Fundação Oswaldo Cruz, 2020).

Em seguida é apresentado um breve histórico do Arca:

2007 – Projeto do Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde – LICTS/Icict;

2011 – O Arca é lançado oficialmente como repositório institucional da Fiocruz; desenvolvimento do primeiro Manual de preenchimento de metadados para entrada dos documentos no RI[5;]

---

[1] Mestre em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Coordenadora Executiva do Arca do Instituto de Comunicação e Informação Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

[2] Mestre em Ciências da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Centro de Tecnologia de Informação e Comunicação do Instituto de Comunicação e Informação Tecnológica em Saúde (Icict) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

[3] Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br

[4] Disponível em: https://portal.fiocruz.br/unidades-e-escritorios

[5] Disponível no *link*: http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13257

2014 – Instituída a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento na Fiocruz[6], através da Portaria 329/2014-PR retificada por 382/2014-PR[7]; lançado o Plano Operativo[8] que define responsabilidades, infraestrutura e fluxos para operação e manutenção do RI;

2015 – O Arca se torna um Indicador Global de Desempenho para o Governo Federal, através da Portaria nº 775/2015-PR[9]. A avaliação do Indicador é realizada pelo crescimento anual dos depósitos no RI; desenvolvimento do Manual de preenchimento de metadados no Arca para a coleção de Recursos Educacionais[10];

2017 – Criação do Grupo de Estudos para análise do software DSpace, com a participação da equipe da Seção de Informação do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação - CTIC/Icict;

2018 – Implementação do Projeto de Ciência de Dados aplicada à Saúde para mineração e visualização dos Dados do Arca; atualização da versão do Manual de preenchimento de metadados para entrada dos documentos[11];

2019 – Desenvolvimento do plano de preservação digital do Arca e criação do Grupo de Estudos para Utilização do *software* Archivematica[12];

2020 – Lançamento do plano de preservação digital do Arca[13];

2021 - Implantação da ferramenta Fale Conosco e do *Chatbot*.; publicação da Portaria nº 157, de 12 de maio de 2021, que institui uma nova Governança para a Ciência Aberta na Fiocruz e o Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAAC), previsto na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, foi renomeado como “Núcleo de Ciência Aberta”.

2022 - Realizada a mudança de versão 4.7 para a 6.3 / Atualização do Plano Operativo do Repositório Arca, visando atender a nova versão / Início dos estudos para a mudança da versão 6.3 para a 7.4 / Desenvolvimento do processo de autoavaliação

---

6 Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf

7 Disponível no *link*: http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P382_2014.pdf

8 Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/43624

9 Disponível no *link*: http://www.portaria.fiocruz.br/Doc/P775_2015.pdf

10 Disponível no *link*: http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40162

11 Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13257

12 Disponível em: https://www.archivematica.org/pt-br

13 Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41394

de Confiabilidade do Repositório Arca pela Norma ISO-16363 / Desenvolvimento do processo de avaliação de Acessibilidade no site do Repositório Arca.

As Comunidades que fazem parte do Arca são[14]:

a) Casa de Oswaldo Cruz;

b) Centro de Desenvolvimento de Tecnologia em Saúde;

c) Editora Fiocruz;

d) Escola Corporativa Fiocruz;

e) Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca;

f) Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio;

g) Fiocruz África;

h) Fiocruz Amazonas – Instituto Leônidas e Maria Deane;

i) Fiocruz Bahia – Instituto Gonçalo Moniz;

j) Fiocruz Brasília;

k) Fiocruz Ceará;

l) Fiocruz Mata Atlântica;

m) Fiocruz Mato Grosso do Sul;

n) Fiocruz Minas - Instituto René Rachou;

o) Fiocruz Paraná - Instituto Carlos Chagas;

p) Fiocruz Pernambuco - Instituto Aggeu Magalhães;

q) Fiocruz Petrópolis;

r) Fiocruz Piauí;

s) Fiocruz Rondônia;

t) Fiocruz São Paulo;

u) Instituto de Ciência e Tecnologia em Biomodelos;

[14] Atualmente o Arca possui 29 comunidades que representam as unidades técnico-científicas e os escritórios da Fiocruz.

v) Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde;

w) Instituto de Tecnologia em Fármacos;

x) Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos;

y) Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde;

z) Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas;

aa) Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira;

bb) Instituto Oswaldo Cruz;

cc) Presidência Fiocruz.

As tipologias de documentos disponíveis no Arca são[15]:

a) Anais de Congresso;

b) Artigos de Periódicos;

c) Artigos Publicados em Jornais;

d) Áudios;

e) Capítulos de Livros;

f) Cartas;

g) Dados de Pesquisa;

h) Dissertações de Mestrado;

i) Dissertações de Mestrado dos Profissionais da Unidade;

j) Fotografias;

k) Jogos;

l) Livros Publicados;

m) Manuais e Procedimentos Técnicos;

n) Patentes;

[15] Atualmente o Arca possui 26 tipologias distribuídas em coleções nas diversas comunidades do repositório.

o) Preprints;

p) Recursos Educacionais;

q) Relatórios de Pesquisa;

r) Relatórios Institucionais;

s) Revistas/Boletins;

t) Softwares;

u) Termos de Referência;

v) Teses de Doutorado dos Discentes;

w) Teses de Doutorado dos Profissionais da Unidade;

x) Trabalhos Apresentados em Eventos;

y) Trabalhos de Conclusão de Curso;

z) Vídeos.

1.1 POLÍTICA DE ACESSO ABERTO AO CONHECIMENTO DA FIOCRUZ

A Fiocruz aprovou em 2014 a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, que tem como objetivo fortalecer os mecanismos de preservação e visibilidade de sua produção científica, como também aumentar o impacto e contribuir para o desenvolvimento da ciência. A Política tem como premissa tornar pública a produção intelectual da instituição, assim como consolidar as diretrizes para o registro e disseminação dos documentos. A iniciativa também tornou obrigatório o depósito no Arca das teses e dissertações defendidas nos PPG da Instituição, e dos artigos científicos publicados em periódicos (Fundação Oswaldo Cruz, 2014), mas respeitando-se os acordos comerciais com editoras e os casos de sigilo industrial e patenteamento.

A Fiocruz entende que é dever das instituições públicas garantir à sociedade o acesso ao conhecimento produzido, a democratização e a universalização do acesso às ciências. A partir da publicação da Portaria nº 157, de 12 de maio de 2021, foi instituída uma nova Governança para a Ciência Aberta na Fiocruz e o Núcleo de Acesso Aberto ao Conhecimento (NAAC), previsto na Política de Acesso Aberto ao Conhecimento da Fiocruz, foi renomeado como Núcleo de Ciência Aberta, ampliando suas atribuições

e adicionando a representação de novas áreas com o intuito de atender as demandas relacionadas às políticas e às práticas de Ciência Aberta na instituição. Desta forma, as instâncias de governança da Ciência Aberta na Fiocruz, responsáveis por propor ações estratégicas, táticas e operacionais para a implementação das políticas institucionais de Ciência Aberta, são descritas conforme Fundação Oswaldo Cruz (2021):

a) Fórum de Ciência Aberta da Fiocruz – 'É uma instância colegiada de caráter estratégico, executivo e permanente com o objetivo geral de elaborar propostas e coordenar a execução das estratégias de implantação da Ciência Aberta na Fiocruz, em consonância com as diretrizes das políticas institucionais aprovadas pelo Conselho Deliberativo e o Congresso Interno';

b) Comitê Gestor do Repositório Institucional Arca – 'Instância responsável pela coordenação, gestão, operação e adesão ao Repositório em articulação com os Núcleos de Ciência Aberta. Tem por objetivo definir as linhas de ação, plano de trabalho e operação do Repositório Institucional Arca e garantir o alinhamento operativo entre as unidades. É coordenado pelo ICICT e formado pela equipe técnica e executiva do Repositório Institucional Arca, conforme descrito no plano operativo';

c) Comitê gestor do Repositório Institucional Arca Dados – 'Instância responsável pela coordenação, gestão, operação e adesão ao Repositório Institucional Arca Dados da Fiocruz, em articulação com os Núcleos de Ciência Aberta. Tem por objetivo definir as linhas de ação, plano de trabalho e operação do Repositório Institucional Arca Dados e estimular o alinhamento operativo entre as unidades. Compreende funções relacionadas ao apoio aos Núcleos de Ciência Aberta para gestão de dados, curadoria, depósito, preservação e segurança dos dados para pesquisa. É coordenado pela VPEIC com coordenação-adjunta do ICICT, contando com representantes da VPPCB, COC, COGETIC e Gestec. As atribuições dessas instâncias são detalhadas em instrumento complementar';

d) Núcleos de Ciência Aberta – 'Instâncias colegiadas de caráter executivo, atuantes em todas as unidades da Fiocruz, responsáveis

> pela operação, participação, promoção e monitoramento das ações de implantação da Ciência Aberta, envolvendo ações para avaliar a viabilidade da disponibilização de dados e informações científicas, conforme disposto em regulamentação específica. Os núcleos devem ser coordenados por uma instância de Direção de cada unidade, de acordo com a especificidade da sua estrutura organizacional (Vice-Diretor de Pesquisa, Ensino, Desenvolvimento Institucional, Desenvolvimento Tecnológico, ou de Informação e Comunicação)'.

Os benefícios proporcionados pelo Repositório são:

a) visibilidade das descobertas científicas;

b) gerenciamento da produção científica;

c) disseminação da literatura cinzenta;

d) acesso online aos documentos num único local;

e) identificação dos trabalhos científicos com um endereço eletrônico simples e persistente, permitindo que sejam citados ou referenciados;

f) ambiente seguro de armazenamento dos trabalhos;

g) facilita a identificação de plágio;

h) supre as demandas das agências de fomento em relação à disseminação de sua produção científica (Divulgação Científica).

Os Repositórios Institucionais são um importante instrumento, desenvolvido para os pesquisadores criados inicialmente para artigos científicos, e que possibilitam o compartilhamento de publicações científicas sem intermediários além de contribuir para a democratização e universalização do acesso ao conhecimento nas ciências e humanidades, garantindo à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral da produção intelectual mundial (Maranhão; Veiga, 2016).

Segundo Volpato (2001, 2002 *apud* Volpato; Freitas, 2003, p. 50),

> o conhecimento científico é aquele que é gerado pelo método científico (seja como for concebido) e aceito por parcela significativa da comunidade científica. Esse autor argumenta que as respostas científicas às questões são dadas pelos cientistas com base nos textos que conhecem e aceitam. As publicações que ficam esquecidas em estantes de bibliotecas não adentram a ciência, e podem ou não adentrá-la no futuro, mas isso será sempre incerto. Portanto, conclui Volpato [...] que não basta publicar, é preciso que o texto seja encontrado, lido e aceito. Esse é o grande desafio da publicação científica nos dias de hoje e muda radicalmente vários conceitos na publicação científica.

Dentro deste contexto, ressaltamos a importância do Arca – Repositório Institucional da Fiocruz como uma ‘fonte de informação para o ensino e pesquisa no Brasil e no mundo’, destacando seu valioso trabalho de gestão do conhecimento científico produzido pela Instituição.

O Repositório possui diversas funcionalidades, dentre elas, destaca-se a do autoarquivamento, que consiste na possibilidade do(a) próprio(a) autor(a) arquivar seu trabalho no formato digital sem intermédio de terceiros. Essa potencialidade deve ser executada após a realização do cadastro do usuário, lembrando sempre que é preciso ter vínculo institucional para o depósito dos documentos.

O depósito dos artigos e de outros documentos é realizado preferencialmente pelos próprios autores através do autoarquivamento ou por meio dos Núcleos de Ciência Aberta, inseridos nas Bibliotecas da Fiocruz. As teses e dissertações defendidas em PPG da Fiocruz são inseridas no Arca através das bibliotecas da instituição que recebem os documentos das respectivas secretarias acadêmicas. Servidores, pesquisadores, discentes, bolsistas e profissionais com vínculo com a Fiocruz no momento da produção do documento podem realizar o depósito no Repositório.

A gestão do conhecimento produzido pela Instituição garante a confiabilidade e a integridade da informação e assegura a preservação dos documentos, promovendo ainda a integração entre as Unidades da Fiocruz. Os documentos inseridos no Repositório enfatizam a importância do Movimento do Acesso Aberto (*Open Access*) na Instituição, através da criação de sua Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, promovendo assim maior visibilidade, uso e interoperabilidade da informação, bem como a garantia da integridade e da preservação da memória institucional.

Ressaltamos ainda, que o Repositório será uma ferramenta imprescindível para o arquivamento normalizado, segundo os padrões deste Manual, dos trabalhos produzidos pelos alunos dos cursos de pós-graduação da Fiocruz, visando assim, disseminar esse importante conteúdo informacional para toda a sociedade.

Para saber mais sobre o Arca, o contato pode ser realizado pelo Fale Conosco da Fiocruz.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Sobre o Arca**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/terms/sobre.jsp. Acesso em: 7 maio 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. **Portaria n. 157, de 12 de maio de 2021**. Instituir a governança da Ciência Aberta na Fiocruz, de modo a sustentar a implementação das Políticas de Acesso Aberto ao Conhecimento, instituída pela Portaria nº 329/2014-PR 0750504, retificada pela portaria nº 382/2014-PR 0750511, em 31 de março de 2014, da Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa (0751929), instituída pela portaria nº 5760/2020-PR 0751932, em 07 de dezembro de 2020, e das diretrizes de Recursos Educacionais Abertos vigentes. Rio de Janeiro: Fiocruz, Presidência, 2021. Disponível em: https://sei.fiocruz.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=775494&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 10 fev. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Presidência. **Portaria n. 329/2014-PR, de 31 de março de 2014:** retificada pela Portaria n. 382/2014-PR, de 16 de abril de 2014. Institui a Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, visando garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, Presidência, 2014. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf. Acesso em: 3 maio 2020.

MARANHÃO, Ana Maria Neves; VEIGA, Viviane Santos de Oliveira. Acesso aberto ao conhecimento científico. *In*: PRÉ HACKATHON EM SAÚDE, 2016, Rio de Janeiro. **Pré Hackthon em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14038. Acesso em: 3 maio 2020.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Ciência**: da filosofia à publicação. 3. ed. Jaboticabal: Funep, 2001.

VOLPATO, Gilson Luiz. **Publicação científica**. 1. ed. Botucatu: Santana, 2002.

VOLPATO, Gilson Luiz; FREITAS, Eliane Gonçalves de. Desafios na publicação científica. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v. 17, p. 49-56, 2003. Suplemento. 1. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/pob/article/view/43054/46679. Acesso em: 3 maio 2020.

APÊNDICE G – PROJETO DE PESQUISA PARA QUALIFICAÇÃO[1]

PROJETO DE PESQUISA PARA O EXAME DE QUALIFICAÇÃO: ORIENTAÇÕES GERAIS E ELEMENTOS BÁSICOS QUE DEVEM COMPOR O PROJETO

1 PROJETO DE PESQUISA PARA O EXAME DE QUALIFICAÇÃO

O projeto de pesquisa para o exame de qualificação é parte obrigatória dos cursos de mestrado e doutorado, apresentado, usualmente, até o 12º mês (mestrado) ou 24º mês (doutorado). Deve estar coadunado com as linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação (PPG) e ser submetido à banca examinadora para arguição e avaliação.

O projeto de pesquisa pode ser apresentado na versão impressa (encadernação espiral) e/ou conteúdo digital, conforme estabelecido pelo PPG.

O formato para apresentação deve estar de acordo com as orientações descritas nas seções 3.1 (Apresentação gráfica), 3.2 (Abreviaturas e siglas), 3.3 (Equações e fórmulas), 3.4 (Ilustrações), 3.5 (Tabelas) e 5.3 (Sistema de numeração progressiva) deste manual.

Os itens considerados obrigatórios no projeto de qualificação são: capa; elementos pré-textuais (Folha de rosto – anverso, resumo em língua portuguesa e sumário); elementos textuais e elementos pós-textuais (Referências). Como elementos opcionais podem constar Listas, Apêndices, Anexos, entre outros.

A estrutura do projeto de pesquisa para o exame de qualificação é composta, em geral, pelos elementos elencados a seguir e sua elaboração deve observar as orientações descritas nas seções específicas deste manual.

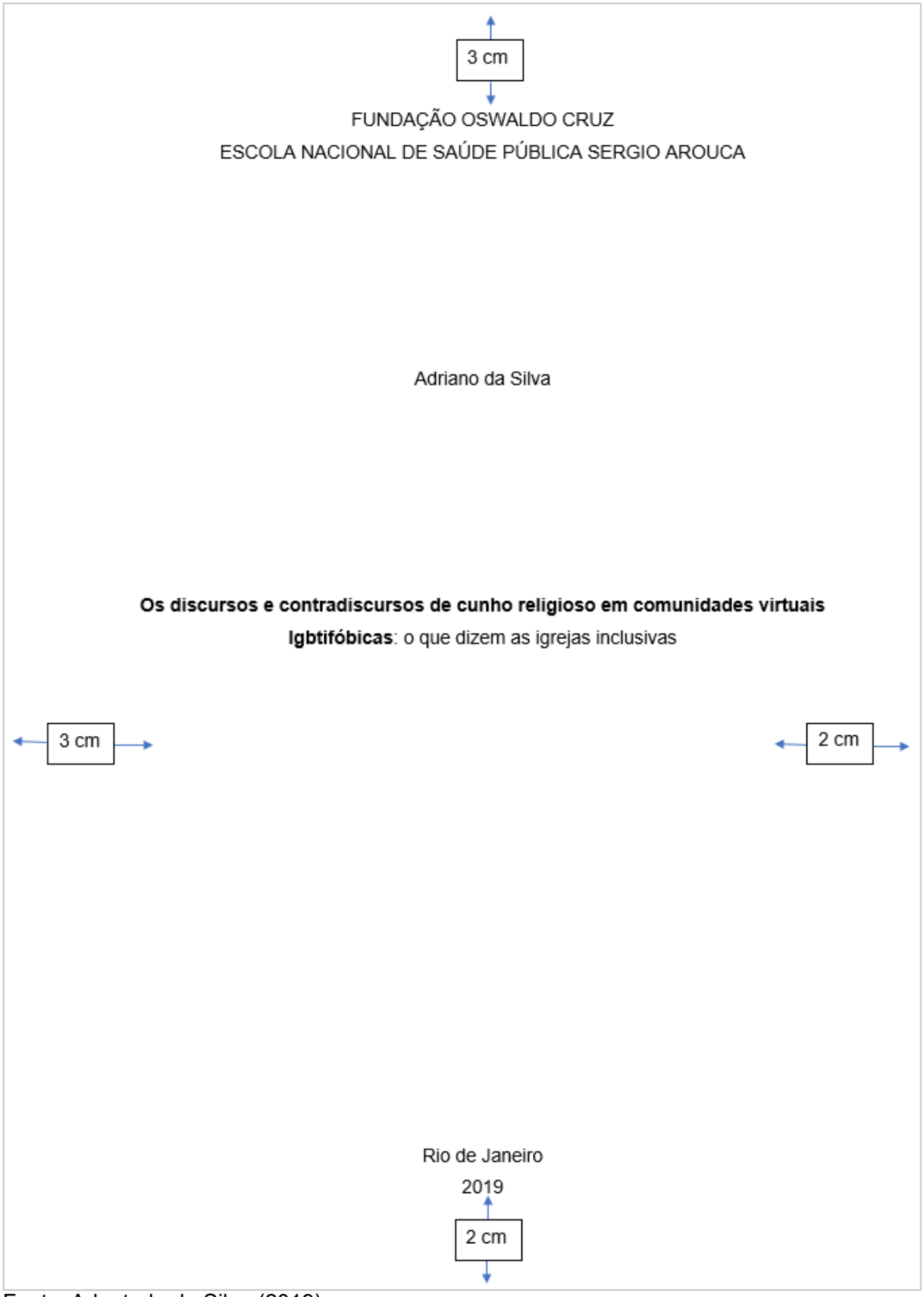
1.1 CAPA **(OBRIGATÓRIO)**

Para elaboração da Capa, consultar a seção 4.1.1 deste manual.

---

[1] Elaborado pelos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) Normalização da Rede de Bibliotecas Fiocruz.

Exemplo 1 – Capa de projeto de qualificação



Fonte: Adaptado de Silva (2019).

1.2 ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Os elementos pré-textuais referentes ao projeto de qualificação são indicados nos itens a seguir.

1.2.1 **Folha de rosto – anverso (obrigatório)**

Para elaboração da Folha de rosto (anverso), consultar a seção 4.2.1.1.1 deste manual.

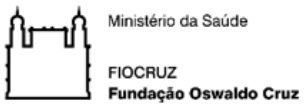
O anverso da Folha de rosto apresenta informações sobre o projeto de pesquisa para o exame de qualificação. Entre os itens que compõem este elemento, consta a Natureza do trabalho que tem como função informar os dados acerca do projeto. Para sua elaboração seguir estes modelos, de acordo com o nível acadêmico pretendido:

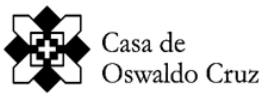
Quadro 1 – Modelos de natureza de trabalho de projetos de pesquisa

Modelos
Projeto de pesquisa de Doutorado acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para o exame de qualificação.
Projeto de pesquisa de Mestrado acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para o exame de qualificação.
Projeto de pesquisa de Mestrado profissional em Direitos humanos, Justiça e Saúde apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para o exame de qualificação.

Fonte: Os autores.

Exemplo 2 – Folha de rosto – anverso de projeto de pesquisa – mestrado profissional





Eliane Monteiro de Santana Dias

Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde

Projeto de pesquisa de Mestrado profissional em Preservação e Conservação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para o exame de qualificação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos.

Rio de Janeiro

2017

Fonte: Dias (2017).

Exemplo 3 – Folha de rosto – anverso de projeto de pesquisa – doutorado acadêmico

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Adriano da Silva

Os discursos e contradiscursos de cunho religioso em comunidades virtuais lgbtifóbicas: o que dizem as igrejas inclusivas

Projeto de pesquisa de Doutorado acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para o exame de qualificação.

Orientadoras: Prof.ª. Dra. Kathie Njaine e Prof.ª. Dra. Queiti Batista Moreira Oliveira.

Rio de Janeiro
2019

Fonte: Adaptado de Silva (2019).

1.2.2 **Resumo em língua portuguesa (obrigatório)**

Para elaboração de Resumo em língua portuguesa, consultar a seção 4.2.1.7 deste manual.

1.2.3 **Listas (opcional)**

As listas têm como função relacionar as ilustrações, as tabelas, as abreviaturas, as siglas e os símbolos utilizados no projeto de pesquisa. Para elaboração das Listas, consultar a seção 4.2.1.8 deste manual.

1.2.4 **Sumário (obrigatório)**

Para elaboração do Sumário, consultar a seção 4.2.1.9 deste manual.

1.3 ELEMENTOS TEXTUAIS (OBRIGATÓRIO)

Os elementos que compõem o projeto de pesquisa, suas denominações e sua ordem de inserção no texto são passíveis de alteração, e devem ser determinados a critério do Programa, orientador ou autor, quando couber.

Todo projeto de pesquisa deve estar relacionado a uma das linhas de pesquisa ou áreas de concentração definidas pelo PPG.

Para informações sobre os Elementos textuais, consultar a seção 5 deste manual.

A estrutura básica de um projeto de pesquisa, em geral, apresenta os seguintes elementos textuais: Introdução; Justificativa; Referencial teórico; Objetivos (geral e específicos); Metodologia; Conclusão.

Além destes elementos, um projeto de pesquisa para exame de qualificação pode contemplar outros itens, como:

a) Cronograma de execução: deve ser elaborado um cronograma de execução contendo cada etapa prevista a ser desenvolvida durante a pesquisa;

b) orçamento: deve ser apresentada a descrição detalhada dos recursos necessários e disponíveis (material permanente, material de consumo, prestação de serviços e recursos humanos) para o desenvolvimento do projeto e sua aplicabilidade. Este elemento deve figurar no projeto de pesquisa independentemente de gerar ou não custos financeiros. São incluídos neste item as bolsas, apoio financeiro e/ou qualquer tipo de remuneração.

Para informações sobre Citações e Notas de rodapé, consultar as seções 7 e 8 deste manual, respectivamente.

1.4 ELEMENTOS PÓS–TEXTUAIS

Entre os elementos pós-textuais que podem constar de um projeto de pesquisa para o exame de qualificação, o único obrigatório são as Referências. Os demais elementos pós-textuais, como por exemplo Apêndice e Anexo, considerados opcionais, são apresentados nas seções 6.3 e 6.4, respectivamente, deste manual e caso seja necessária sua elaboração, seguir as orientações nelas descritas.

1.4.1 **Referências (obrigatório)**

Para elaboração da seção Referências, consultar a seção 6.1 deste manual.

REFERÊNCIAS

DIAS, Eliane Monteiro de Santana. **Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde**. 2017. Projeto de pesquisa (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Adriano da. **Os discursos e contradiscursos de cunho religioso em comunidades virtuais lgbtifóbicas**: o que dizem as igrejas inclusivas. 2019. Projeto de pesquisa (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

ANEXO A – ABREVIATURA DOS MESES DO ANO DE ACORDO COM O IDIOMA DO DOCUMENTO

Quadro 1 – Apresentação dos meses do ano e respectivas abreviaturas nos principais idiomas

Meses / Idioma	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro
Português	jan.	fev.	mar.	abr.	maio	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Inglês	Jan.	Feb.	Mar.	Apr.	May	June	July	Aug.	Sept.	Oct.	Nov.	Dec.
Espanhol	enero	feb.	marzo	abr.	mayo	jun	jul.	agosto	sept.	oct.	nov.	dic.
Francês	janv.	févr.	mars	avril	mai	juin	juil.	Août	sept.	oct.	nov.	déc.
Italiano	genn.	febbr.	mar.	apr.	magg.	giugno	luglio	ag.	sett.	ott.	nov.	dic.
Alemão	Jan.	Feb.	März	Apr.	Mai	Juni	Juli	Aug.	Sept.	Okt.	Nov.	Dez.

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. 2. ed., versão corrigida 2. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ICICT FIOCRUZ SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ISBN: 978-65-87975-09-2